

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PAISAGEM SERTANEJA
**APREENDENDO IMAGENS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO À LUZ
DAS SUAS REPRESENTAÇÕES**

Cássia Maria Pernambuco Peixoto da Silva

Recife, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PAISAGEM SERTANEJA
**APREENDENDO IMAGENS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO À LUZ
DAS SUAS REPRESENTAÇÕES**

Cássia Maria Pernambuco Peixoto da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.

Recife, 2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Cássia Maria Pernambuco Peixoto da.
Paisagem sertaneja : apreendendo imagens do semiárido nordestino à luz das suas representações / Cássia Maria Pernambuco Peixoto da Silva. – Recife: O autor, 2014.
86 f. : il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Avaliação paisagística. 3. Paisagens culturais – Brasil, Nordeste. 4. Sertão. I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-115)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



CÁSSIA MARIA PERNAMBUCO PEIXOTO DA SILVA

**PAISAGEM SERTANEJA: APREENDENDO IMAGENS DO SEMIÁRIDO
NORDESTINO À LUZ DAS SUAS REPRESENTAÇÕES.**

Dissertação aprovada, em 08/09/2014, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel
(1º examinador – orientador – PPGeo/UFPE)

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic
(2º examinador – UFCG)

Prof. Dr. Tanya Maria Pires Brandão
(3º examinador – UEPB)

RECIFE – PE
2014

“Sou mulher e escrevo. Sou plebéia
e sei ler. Nasci serva e sou livre”
Rosa Montero

À duas mulheres importantes que nos últimos dois anos simbolizaram transformações na minha vida, minha avó Marinita e minha sobrinha Júlia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, meus pais Silvano Silva e Fátima Peixoto, minhas irmãs Camila e Clarissa Pernambuco, minha sobrinha Júlia Pernambuco, minha avó Terezinha Silva, minha tia Ana Pernambuco e minhas primas Rebecca e Nayanna Donato por todo apoio e incentivo durante esses anos de graduação e pós-graduação em Geografia.

Agradeço ao meu companheiro Tarcísio Camêlo por toda a força e ajuda nos momentos decisivos de desenvolvimento deste trabalho, seja pela palavra na hora certa ou pelos momentos mais calmos que eu precisei durante este processo. Assim como agradeço também aos seus pais, Terêncio Camêlo e Conceição Amazonas, por terem me feito me sentir em casa e bem-vida.

Agradeço às minhas amigas Patrícia Accioly e Leilane Cruz por todo o incentivo, pelos momentos de descontração, pelas palavras amigas e pela companhia durante todo esse período de minha vida acadêmica, me dando os conselhos e apoio tão importantes para mim.

Agradeço aos meus amigos do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política, LECgeo, Bruno Maia Halley e David Tavares pelo incentivo, força e encorajamento na formação e construção da minha pós-graduação e por toda a amizade e companheirismo, que se mostraram tão importantes e bem-vindos nos momentos cruciais de definição e desenvolvimento deste trabalho. Também aos amigos do grupo de discussão Geotramas e do Cineclube LECgeo, Danuza Pereira, Pedro Albuquerque, Pietro Félix, Rutt Kelles, Nivia Delmiro e Tiane de Paiva e Souza pelo apoio e pela troca de ideias, necessárias no ambiente acadêmico e também fora dele, até porque a Geografia está em toda parte. Também agradeço aos demais amigos, membros e professores do LECgeo pelo apoio prestado em todos esses anos de grupo e de Geografia.

Agradeço também aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia, PPGeo-UFPE, que estimularam o desenvolvimento e realização desta pesquisa, em especial um agradecimento

póstumo à professora Aldemir Dantas, por todo o seu apoio, interesse e atenção durante o desenvolvimento do meu mestrado.

Agradeço também a todas e a todos que me receberam durante as minhas visitas ao sertão semiárido pernambucano. Agradeço aos professores da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, vinculada à Universidade Federal Rural de Pernambuco. Aos funcionários da prefeitura e demais órgãos visitados no município de Serra Talhada e aos funcionários da Secretaria de meio Ambiente de Pernambuco, Semas.

E, por final, agradeço ao meu orientador, o professor Caio Maciel, por todos esses anos de estímulo, apoio, crédito e incentivo ao meu trabalho e à minha pessoa. Agradeço por me ensinar um viés tão rico da Geografia e pelo estímulo para contribuir com a mesma. Agradeço também por toda a sua ajuda em momentos decisivos desta pesquisa e pela descoberta de novos horizontes acadêmicos, geográficos e pessoais.

Enfim, à todas e a todos que me ajudaram de forma direta ou indireta, seja por conselhos e discussões que engrandeceram a minha vida acadêmica, seja por pensamentos positivos e atitudes de vida que me influenciaram a crescer como ser humano. À todas e a todos um muito obrigada!

RESUMO

A imagem sempre foi utilizada pela geografia, seja como uma representação gráfica, seja como o objetivo de construir uma *mimeses* da Terra. Estudar a relação da Geografia com as imagens, desde a Antiguidade Clássica, passando pelo seu advento em disciplina científica durante o Renascimento, até a sua incorporação no conceito de paisagem, ajuda a entender como as imagens estão inseridas no cotidiano das pessoas e como elas podem ajudar a construir relações com o ambiente geográfico. Nesta pesquisa o foco de análise estará vinculado ao poder da representação da paisagem, através da difusão de imagens, de significar os traços da cultura a qual está inserida. Alguns autores defendem que a grande produção intelectual desenvolvida sobre o tema “Sertão nordestino” ocasionou a disseminação de um imaginário nacional sobre esse recorte espacial relativo à seca e a miséria. Neste estudo será feita a análise de como as recentes transformações ocorridas neste recorte espacial, baseadas no crescimento econômico e na patrimonialização da Caatinga repercutiram em novas representações da paisagem sertaneja. E para que a análise não fique presa às “guerras culturais” de grupos dominantes, também serão analisadas outras representações feitas por organizações civis, que não estão bem apreendidas. Desta forma, estudar a paisagem sertaneja é também estudar as transformações culturais, políticas e sociais, que este recorte espacial vem passando e as mudanças nas representações do Sertão semiárido nordestino. Este estudo também contribui para o debate atual da ciência geográfica através da discussão sobre as novas maneiras de se abordar o conceito de paisagem e o estudo das imagens e a importância desta nova abordagem para o desenvolvimento da Geografia enquanto disciplina científica, e pretende oferecer um arcabouço teórico para futuras pesquisas e relativas ao Sertão nordestino.

Palavras-chave: imagem; paisagem; sertão; imaginário; representação.

ABSTRACT

Image has always been used by geography as a graphical representation or the goal of building a Mimesis of Earth. Studying the relationship of geography with images from classical age through its advent in scientific discipline during the Renaissance, until its incorporation into the landscape concept, helps to understand how images are inserted in the daily lives of people and how they can help build relationships with the geographical environment. The focus in this research will be on landscape representation power through images diffusion, that is, traces of culture in which it is inserted. Some authors argue that the vast intellectual production developed on "Northeast Sertão" caused the spread of a national imaginary about this spatial area related to drought and misery. In this study, the analysis of how the recent changes made to this spatial area and based on economic growth, as well as on Caatinga patrimonialization, reverberated in new representations of sertaneja landscape. Thus, the analysis does not limit itself at "cultural wars" of dominant groups. It also investigates the representations of civil organizations hitherto relatively studied. As it were, studying the sertaneja landscape is also studying the cultural, political and social transformations that had occurred on this spatial area, as well as the changes in representations of the semiarid northeast Sertão. This work also contributes to the current debate of geographical science by discussing new ways to approach the concept of landscape and the study of images; the importance of this new approach to the development of geography as a scientific discipline. It intends to suggest a framework for future research and theory related to the Northeast Sertão.

Keywords: Image, landscape, sertão, imaginary, representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa-mundi ptolomeico.....	19
Figura 02- Folheto da Codevasf.....	62
Figura 03 - Revista Codevasf, anos 2005 – 2006.....	63
Figura 04 – Mata da Pimenteira.....	65
Figura 05– Unidades de conservação implantadas no semiárido Pernambucano.....	67
Figura 06 – Cena do filme Vidas Secas.....	68
Figura 07 – Cena do filme Cinema, Aspirinas e Urubus.....	68
Figura 08 – Folder do Comitê de Reserva da Biosfera da Caatinga.....	69
Figura 09 - Folder do Comitê de Reserva da Biosfera da Caatinga.....	69
Figura 10- Folder sobre a patrimonialização da Caatinga.....	70
Figura 11 – Imagem de divulgação da ASA Brasil.....	74
Figura 12 – Imagem de divulgação da ASA Brasil.....	74

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mapa político-administrativo do sertão semiárido.....	43
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I.

Geografia: a Ciência do Olhar Revisitada na Paisagem.

1.1 Da Antiguidade Clássica à Ciência Moderna: Resgatando os Estudos sobre a Imagem na Geografia.....	17
1.2 Paisagem: um Conceito-Chave da Geografia Apreendido na Imagem..	25
1.3 Geografia e Visibilidade: a Ciência do Olhar na Paisagem.....	37

CAPÍTULO II.

O Sertão Semiárido Brasileiro e o Imaginário Das Secas

2.1 Sertão: Revisitando sua Geografia, História e Expressão Cultural à luz do Semiárido Nordestino	42
2.2 A Paisagem Sertaneja e o Imaginário da Seca em Diversos Momentos Históricos	48

CAPÍTULO III.

Novas Representações Da Paisagem Sertaneja

3.1. Mudanças Regionais e a emergência de uma nova representação.....	59
3.2. Imagens da Caatinga e da convivência com o semiárido.....	64
3.3. Visibilidade e as representações da paisagem sertaneja.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

As imagens tem um grande destaque neste limiar do século XXI, onipresentes na vida cotidiana, elas também se mostram presentes nos estudos da Geografia, desde os seus primórdios, até a sua consolidação enquanto ciência, através da confecção de mapas, na intenção de construir uma *mimeses* do mundo e também pela observação da paisagem. Assim, estudar a relação da Geografia com as imagens, desde a Antiguidade Clássica, passando pelo seu desenvolvimento em disciplina científica, junto às demais disciplinas científicas durante o Renascimento, até a sua incorporação ao conceito de paisagem, ajuda a entender como as imagens estão inseridas no cotidiano das pessoas, e como elas podem ajudar a construir relações com o ambiente geográfico.

Neste viés de estudo da relação das imagens com a Geografia, o Sertão semiárido brasileiro se apresenta, dentre as grandes áreas culturais brasileiras, como a que mais apresenta produção imagética e intelectual. Pois, seja no âmbito acadêmico, seja através de obras culturais, a sua paisagem foi frequentemente associada a um discurso carregado de negatividade que relaciona os seus baixos índices econômicos e sociais ao seu clima semiárido, resultando em um imaginário nacional de “fome e miséria” (CASTRO, 1992, 1996 & 1997; RIBEIRO, 1999; SILVA, 2010). Neste contexto, as imagens que se veiculam sobre esse fenômeno são majoritariamente relacionadas com o chão rachado, o sol escaldante, a casa de taipa, a família numerosa, etc. Essas representações ajudaram a consolidar imagens mentais, comumente relacionadas com o Sertão semiárido e transportadas para a região Nordeste como um todo. São as chamadas metonímias geográficas (MACIEL, 2002).

Porém, sabe-se que este mesmo Sertão, assim como a região Nordeste, vem apresentando nos últimos anos uma nova configuração, permitindo o desenvolvimento da região e mudanças no seu panorama socioeconômico. Um novo Nordeste, que segundo os pesquisadores Tânia Barcelar e Valdeci Monteiro dos Santos (2009), é caracterizado pela saída do atraso em que se encontrava, modernizando-se e apresentando uma economia mais

diversificada e dinâmica, associada ao movimento de integração que fora se consolidando no Brasil durante o século XX.

Por outro lado, no que se refere ao imaginário da natureza, o semiárido nordestino vem passando desde as últimas décadas uma verdadeira ressignificação, com um novo impulso devido ao recente debate sobre o aquecimento global. Um dos fatos mais significativos dessa mudança é a valorização da Caatinga, antes tida como um ambiente pouco variado e inóspito. Resultando na consolidação do bioma Caatinga como reserva da biosfera pela Organização das Nações Unidas (ONU) e em estratégias estaduais de implantações de unidades de conservação no semiárido pernambucano. Dentre as quais tem destaque o Parque Estadual da Mata da Pimenteira, localizado no município de Serra Talhada - PE, primeira unidade de conservação em ambiente semiárido no estado de Pernambuco.

E, para que esta análise não fique presa às “guerras culturais” de grupos dominantes, como observa Berdoulay (2012), também se deve salientar outras representações da paisagem sertaneja, representações que buscam fortalecer a convivência com o semiárido e incluir o ser humano na paisagem. Estas últimas, aqui estudadas, são as representações feitas por organizações civis, e que não possuem a mesma visibilidade que as outras representações anteriormente citadas. Desta forma, estudar a paisagem sertaneja é também estudar as transformações culturais, políticas e sociais, que este recorte espacial vem passando e as mudanças nas representações do Sertão semiárido nordestino. Dessa forma, questiona-se nesta pesquisa, quais os critérios e em que algumas imagens são escolhidas como mais representativas da paisagem sertaneja em detrimento de outras?

Portanto, esta pesquisa ora apresentada tem como objetivo interpretar as maneiras de conceber a paisagem sertaneja, através de representações convencionais e as novas representações surgidas através de um contexto de transformação regional em uma região que apesar de sua cultura e modo de vida bastante rico, sempre foi comumente visto de maneira negativa e relacionado com um imaginário de seca e miséria. Procura-se, então, discutir o poder que algumas imagens possuem em ter mais visibilidade do que outras e quais são os seus significados em meio à paisagem sertaneja.

Rumando nesta direção, faz-se necessário destacar que este estudo é fruto de reflexões iniciadas em pesquisas de Iniciação Científica (2008-2010), PIBIC – CNPq, ainda na monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia (2010), e agora aprofundada ao nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Logo, o foco desta pesquisa centrar-se-á no poder da representação da paisagem, através da difusão de imagens, de significar os traços da cultura a qual está inserida.

Sob esta premissa, através da análise da representação da paisagem e da sua visibilidade torna-se possível a constituição de novos caminhos de interpretação da perspectiva cultural do espaço geográfico. A importância deste estudo consiste na sua capacidade de proporcionar novas ferramentas de interpretação dos estudos da geografia cultural através da análise da relação entre a geografia e o estudo da imagem, em especial o sertão semiárido brasileiro. Esses meios passam a ser novos campos de análise e entendimento da própria cultura nacional, nos quais se procura entender como são desenvolvidos os critérios empregados para a identificação de determinadas áreas e, desta forma, influenciar o desenvolvimento de novas representações da paisagem. Para tal, este estudo encontra apoio e saber na abordagem cultural da geografia.

Durante a revisão bibliográfica foram feitas pesquisas documentais e iconográficas que buscaram traçar o caráter comumente relacionado ao Sertão semiárido nordestino. Sendo a pesquisa feita de acordo com os estudos da geógrafa Iná Elias de Castro (1992, 1996) e do geógrafo Rafael Winter Ribeiro (1999), que discutem a construção do imaginário nordestino através de viés trágico, relacionado com a seca, a fome e a miséria. Sobre a relação entre a imagem e a geografia o fio condutor da visão acadêmica partiu dos estudos dos geógrafos Paulo César da Costa Gomes, em seu livro *Geografia e Modernidade* (2002) e Paul Claval em seu livro *História da Geografia* (2006), nos quais traçam um debate sobre a constituição desta ciência, seus principais autores e o uso da imagem. Sobre a discussão da visibilidade de imagens e a Geografia utilizara-se a perspectiva teórica adotada por Gomes em seu livro *O lugar do Olhar: elementos para uma geografia da visibilidade* (2013).

A parte subjacente à leitura teórica sobre paisagem há a revisitação de diversos autores, dos quais merece destaque a visão simbólica da paisagem, de acordo com a Nova Geografia Cultural. Desse modo, o conceito trabalhado neste estudo é o de paisagem cultural, e a abordagem teórica centra-se na geografia cultural.

Este trabalho respaldou-se numa análise bibliográfica e iconográfica sobre o tema “Sertão semiárido nordestino”, entrando em contato com o debate sobre a análise da paisagem e suas representações, através dos estudos das imagens. Foram realizados alguns trabalhos de campo, nos quais foram visitadas plantações que aplicavam a fruticultura irrigada, o Parque Estadual da Mata da Pimenteira e áreas de plantio agroecológico, com o intuito de realizar observação *in loco* da paisagem.

Os trabalhos de campo foram realizados cinco trabalhos de campo. Em junho de 2012, com os professores Robson Brasileiro e Mônica Cox, em visita exploratória ao sertão do Pajeú. Em agosto de 2012, junto ao orientador Caio Maciel, na primeira visita ao Parque Estadual da Mata da Pimenteira. Em dezembro de 2012, junto à professora Aldemir Dantas, no qual foi visitado novamente o Parque Estadual e instituições que trabalham na região. No mesmo mês foi realizada uma viagem ao município de Triunfo – PE, para participar do I Fórum Caatinga Sustentável, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMAS), no qual foram decididas as comunidades a serem trabalhadas nas áreas de manejo das unidades de conservação no semiárido do estado de Pernambuco, e em dezembro de 2013, em uma última visita à Unidade de Conservação da Mata da Pimenteira. Para a análise imagética feita nesta pesquisa foram utilizados materiais diversos como: folhetos, folders, revistas, películas cinematográficas, dentre outras, como forma de melhor apreender os significados da paisagem sertaneja.

A pesquisa está dividida em três partes. No primeiro capítulo “Geografia: a Ciência do Olhar Revisitada na Paisagem” será discutida e analisada a relação entre a da Ciência Geográfica e o uso de imagens. Fez-se também uma análise entre o uso das imagens e a abordagem do conceito de paisagem, ancorado em diversas perspectivas teóricas da ciência geográfica. Assim como realizou-se uma discussão sobre a visibilidade de imagens e a geografia.

No segundo capítulo “O Sertão Semiárido Brasileiro e o Imaginário Das Secas” fora realizado um estudo das características físicas, a ocupação histórica do território sertanejo e a construção simbólica do termo “Sertão” enquanto categoria espacial e cultural. Logo depois foi feita uma análise sobre a constituição do discurso das secas, dentro de um viés político-ideológico e imagético. No terceiro capítulo “Novas Representações Da Paisagem Sertaneja” fora construído um estudo sobre as atuais transformações ocorridas no Sertão semiárido e seus impactos na representação da paisagem.

Dessa forma, procura-se, através desse estudo, também propor um desenvolvimento da investigação geográfica através da perspectiva do estudo das imagens. Pretende-se, assim, fortalecer novas maneiras de estudar a Geografia, acreditando que este exercício é de suma importância para a contínua construção desta ciência.

CAPÍTULO I

**GEOGRAFIA: A CIÊNCIA DO OLHAR
REVISITADA NA PAISAGEM**

1.1 Da Antiguidade Clássica à Ciência Moderna: Revisitando os Estudos sobre a Imagem na Geografia.

Um traço inconfundível da geografia remete ao uso constante da imagem em suas abordagens, seja através de mapas ou pelo estudo da paisagem, a partir da sua representação. Com efeito, como forma de aprofundar esta análise será feito um breve estudo sobre a história da Geografia e sobre a utilização da imagem pela mesma, não limitando a análise apenas à Geografia na condição de ciência ou disciplina acadêmica. Logo, faz-se necessário também reconhecer a importância do saber geográfico outrora produzido, o qual contribuiu, a partir de suas fontes temáticas e metodológicas, para a evolução da ciência geográfica (GOMES, 2002).

À luz deste entendimento, o resgate histórico será realizado de maneira sucinta, através de autores consagrados e que privilegiaram a utilização da imagem na construção do seu saber geográfico. Nesse sentido, o geógrafo Paulo César da Costa Gomes (2002), afirma que fora durante o Renascimento, o advento de uma Geografia de cunho acadêmico, em meio às outras disciplinas científicas, que houve um distanciamento em relação ao pensamento mítico medieval e um fortalecimento de uma inspiração na Antiguidade Grega, que, segundo Paul Claval (2006), contribuiu para o desenvolvimento de uma especulação intelectual de maneira mais pura. Assim, apesar do declínio do saber geográfico presenciado na Idade Média ter sido profundo, a recordação de algumas aquisições antigas não se apagou completamente, pois, o desenvolvimento da atividade mercantil e uma crescente mobilidade testemunharam a emergência de novas práticas que, paulatinamente, transformaram a obtenção de dados geográficos (CLAVAL, 2006). Então, segundo Gomes (2002), este período fora caracterizado pela necessidade de um novo modelo cosmológico, surgido em contraposição ao modelo geocêntrico apoiado pelo Clero e, como dito anteriormente, também pela reutilização dos modelos da Antiguidade Clássica. Portanto, fora no bojo deste contexto de mudanças, que as propostas dos gregos Ptolomeu e Estrabão readquiriram uma expressiva relevância e difusão.

A Geografia desenvolvida por Ptolomeu tinha como finalidade a sua

representação gráfica. O mesmo atualizou e resumiu o conjunto do saber astronômico e geográfico que foi acumulado pelos gregos através da sua cartografia (CLAVAL, 2006). O mapa era ao mesmo tempo uma *mimeses* da Terra, sua representação e imagem. Segundo este pensador grego, “o céu se dá ao nosso conhecimento, visto que ele gira ao nosso redor; a Terra, ao contrário, apenas se dá a conhecer por sua imagem, representada nos mapas” (GOMES, 2002, p. 128). Na ciência geográfica, a retomada aos estudos de Ptolomeu durante a Renascença, conduziu à emergência de um modelo fundamental que perdurou até o advento da Geografia científica; esse modelo foi a *cosmografia*.

No dizer de Gomes (2002), sendo a unidade da Terra fundamental em seu sistema, Ptolomeu acabou por recusar toda descrição assentada de maneira única sobre um ou vários recortes da Terra, procedimento conhecido então pela denominação *corografia*. O legado do pensador grego, em período ulterior à Renascença, acentua essa preocupação de explicar a Terra em seu sentido mais geral. Por conseguinte,

Depois da Renascença, o modelo de Ptolomeu foi adotado pela maioria dos geógrafos sob a forma de cosmografias, seguindo o mesmo esquema geral. A conduta consistia em uma discussão sobre a criação do mundo, a forma da Terra, os círculos, as zonas climáticas e alguns temas relativos à física do globo [...]. Todas essas cosmografias, ou cosmogonias, pareciam com aquelas da Antiguidade. Contudo, elas procuravam enriquecer-se com novos dados e por uma maior precisão, exigências advindas no período pós-renascentista. Estes estudos tinham uma dupla consequência: reforçar o mesmo modelo conhecido há muito tempo e produzir uma *Imago Mundi* moderna (GOMES, 2002, p. 128-129).

No bojo deste processo, os estudos geográficos centrados no princípio das cosmografias tiveram continuidade até o século XVII, e estavam relacionados a uma escolha temática e conferiram uma metodologia geral à ciência geográfica. Foi por esse meio que a geografia ponderou ser o seu objetivo produzir imagens do mundo, compreender a sua organização e decifrar a sua ordem, ou seja, conduzir uma cosmovisão (Id., Ibid., p.129), como pode ser visto na figura a seguir (p.19), na qual vê-se um mapa-mundi feito com inspiração nos estudos de Ptolomeu.



Figura 1: Mapa de inspiração nos estudos de Ptolomeu, impresso em 1482, na Alemanha. Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL145320-5603,00-ESPANHA+RECUPERA+MAPASMUNDI+DE+PTOLOMEU.html>. Acessado em: 16/09/2014.

Ao contrário de Ptolomeu, preocupado em desenvolver uma perspectiva holística dos fenômenos, Estrabão se interessou em descrições mais regionais, recorrendo a distintos elementos econômicos, etnográficos, históricos e naturais, com o objetivo de compor a imagem de cada região, a corografia, já citada anteriormente. O mesmo utilizou o saber geográfico para caracterizar a forma e a extensão das regiões, consultou itinerários de viajantes e marinheiros para precisar a configuração dos lugares e os recursos oferecidos, utilizou também histórias locais ou obras literárias para dar indicações sobre o povoamento e suas origens (CLAVAL, 2006).

Dessa forma, em contraste ao modelo de Ptolomeu, convencionalizado como matemático-cartográfico, o de Estrabão foi entendido como histórico-descritivo, dando início à discussão de duas vertentes da Geografia que permaneceram próximas até a mesma se tornar uma disciplina científica. Conseqüentemente, estas duas vertentes foram apreendidas de maneira dicotômica, trazendo uma oposição entre esses dois modelos, apresentados como sistemático e idiográfico ou geografia geral e geografia regional. Pode-se afirmar que existia, até este momento, uma tentativa de integração, uma

maneira de conceber a geografia entre a organização geral do mundo e sua imagem, e a fisionomia particular de algumas de suas partes, fato que ainda não fora realizado (GOMES, 2002).

Por outro lado, no bojo da consolidação da Geografia enquanto disciplina científica, outro fato que se deve dar importância, além da inspiração na Antiguidade Clássica, é a influência de outras disciplinas científicas e correntes de pensamento. Moraes (2007) argumenta que o conhecimento geográfico até então se encontrava disperso, pois, por um lado as matérias que eram apresentadas com esta denominação eram muito diversificadas, sem possuir um conteúdo unitário, por outro lado, o que se reconhece na atualidade como Geografia, não se apresentava na época com este rótulo. Assim, até o século XVIII não se poderia falar de um conhecimento geográfico padronizado, com uma unidade temática ou apresentasse uma continuidade de formulações.

A sistematização da Ciência Geográfica só aconteceria no início do século XIX, através de um conhecimento mais aprimorado da extensão real do planeta e o acúmulo de conhecimentos a respeito dos vários lugares da Terra. E tal fato só se tornou possível através da expansão colonial europeia, que resultou em uma série de relatos de viagem, compêndios de curiosidades a respeito de lugares exóticos, relatórios de administrativos, dentre outros. Este conhecimento adquirido, que antes era mais informal, paulatinamente se tornou mais técnico e posteriormente surgiu o interesse dos estados em acumulá-lo através de institutos em suas metrópoles, assim como as em sociedades geográficas ou em escritórios coloniais.

Estes acontecimentos implicaram a valorização dos temas geográficos, ao ponto de se legitimar o seu advento em disciplina científica. A sua primeira valorização vai ocorrer na discussão da Filosofia, pois, as correntes filosóficas do século XVIII vão nomear explicações abrangentes do mundo, e formular sistemas que tem como objetivo buscar a compreensão de todos os fenômenos do real. Dessa forma, a Filosofia perpassou fenômenos tratados pela Geografia, como a questão do espaço ou a influência do meio sobre a evolução das sociedades.

Outra fonte de sistematização do pensamento geográfico pode ser encontrada nos pensadores do Iluminismo, em meio às discussões sobre as

formas de poder e de organização do Estado. Um dos seus principais expoentes intelectuais, Rousseau, discutiu a relação entre a gestão do estado, as formas de representação e a extensão do território de uma sociedade. Montesquieu, por outro lado, elaborou uma discussão de cunho determinista sobre a relação entre localização geográfica e comportamentos atribuídos aos habitantes destas localidades. Outra disciplina que vai valorizar os estudos geográficos é a Economia Política, através dos estudos da produtividade natural dos solos, a dotação diferenciada de regiões pelos seus recursos minerais, o problema da distância, o aumento populacional, dentre outros.

Entretanto, é através das teorias do Evolucionismo que as discussões geográficas vão obter pleno reconhecimento, pois, oferecem o patamar imediato da valorização da geografia enquanto disciplina científica, através do destaque dado em suas explicações ao papel desempenhado pelas condições ambientais na evolução das espécies. Visto a grande difusão destas teorias no meio acadêmico da época, a Geografia obteve também uma base científica para as suas indagações, resultando na grande disseminação da metodologia naturalista que esteve presente nos primeiros trabalhos geográficos e seus sucessores. Então, já em meio ao início do século XIX, os pressupostos históricos da sistematização da Geografia já se encontrava assentados, e as ciências naturais já haviam constituído uma gama de conceitos e teorias, os quais a Geografia utilizaria para formular o seu método.

Assim, dando continuidade à discussão sobre o advento da geografia enquanto disciplina científica, Gomes (2002) ressaltou que este processo fora caracterizado pela necessidade de delimitação de um campo disciplinar próprio, e também pela emergência de um tratamento sistemático dessas informações, do controle e regulamentação de sua produção. Esta apoiada na redescoberta e atualização dos estudos dos já citados Ptolomeu e Estrabão, a partir de autores consagrados, a exemplo dos alemães Alexander Von Humboldt e Carl Ritter. Porém, antes de se aprofundar a releitura das obras desses autores supracitados, faz-se necessário tecer uma análise a propósito da contribuição de outro autor de significativa importância para a história do pensamento geográfico, o filósofo Emmanuel Kant.

Na concepção do geógrafo Ruy Moreira (2010), o advento da Geografia na condição de ciência moderna estaria subjacente à um projeto da Revolução Burguesa, dentro do contexto político-territorial alemão, caracterizado por uma tardia unificação em Estado-nação. No século XVIII, o mundo assistiu ao duplo processo da Revolução Burguesa-Industrial, de início repercutido na Inglaterra, e depois na França. Logo, num primeiro instante, a Alemanha não participara desta profunda transformação política-econômica-cultural do mundo ocidental, fato histórico que teria facilitado a reflexão dos seus pensadores sobre o papel do homem na sociedade e da sua relação com a natureza. Isto engendrou o surgimento de uma Geografia Moderna, inicialmente já inspirados nos estudos de Emmanuel Kant (HARTSHORNE *apud* MOREIRA, 2010). A propósito, lembra Moreira que

[...] a busca da combinação de uma sistematização do conhecimento criado pela ciência no plano da natureza e de uma incorporação do homem em seu discurso, e que agora desafia a evolução do pensamento tanto científico quanto filosófico, é o seu projeto. Para Kant é necessário encontrar o ponto comum do pensar a natureza e pensar o homem, seja no plano empírico trilhado pela ciência, seja no abstrato que é característico da Filosofia. E vai buscar o ponto de apoio na Geografia e na História. Na Geografia vai buscar os conhecimentos empíricos concernentes à natureza. E na História (que Kant chama de Antropologia e que mais aproxima da nossa atual Psicologia Social), os concernentes ao homem (MOREIRA, 2010, p. 14).

Com efeito, a geografia pensada por Kant caracterizava-se por uma junção de conhecimentos empíricos organizados em grupos de classificação, que poderia ser considerada uma “taxonômia do mundo físico”, sendo designada de Geografia Física. Essa Geografia era feita na forma de grandes paisagens da superfície terrestre, recortadas em alguns espaços, tornando-a uma grande corografia. Outrossim, é atribuído à Kant uma espécie de relação entre a apreensão de dados da superfície terrestre com um olhar corográfico sobre a mesma, adicionado pelo enfoque espacial. Desse modo, Kant atribui ao olhar geográfico sobre a perspectiva terrestre a exatidão da descrição e classificação, estas permitidas pelo uso do seu conceito de espaço.

Por conseguinte, a corografia recebe uma significação de localização e distribuição geométricas que será utilizado para o aperfeiçoamento da representação cartográfica através da combinação rígida entre a percepção

sensível e o registro e precisão matemática encontrado nos mapas (SANTOS, 2002). E, como será aprofundado posteriormente no trabalho dissertativo, foi Carl Ritter que amadureceu o conhecimento geográfico proposto por Kant, transformando-o de maneira significativa.

Por outro lado, Humboldt utilizar-se-á desta perspectiva vislumbrada por Ritter, oferecendo uma forma de matriz. O mesmo partiu de uma ordem de classificação e corografia das paisagens terrestres, através das formas de vegetação, para o seu exercício do método da comparação: “Cada paisagem botânica é relacionada para baixo com a base inorgânica e para cima com a interação da vida com o homem, para daí, a partir da comparação dos recortes de paisagem, segundo o método de Ritter, inferir sua visão holística da Terra” (MOREIRA, 2010).

Ainda sobre Humboldt, faz-se necessário ressaltar que o mesmo é considerado por grande parcela dos estudiosos da história do pensamento geográfico, o primeiro a estabelecer de maneira eficaz as novas matrizes da nascente geografia moderna, ou seja, com uma nova vertente epistemológica. Nesse sentido, firmando a continuidade das narrativas de viagens da época e as cosmografias de tradição ptolomeica, Humboldt soube transformar essas tradições em um novo modelo científico e atualizá-las tendo como base as principais descobertas da época.

Humboldt, na sua obra *Cosmos*, construiu um extraordinário exemplo desta nova maneira de conduzir a atividade científica, revelando uma originalidade em sua abordagem no tocante ao uso do método, da mesma forma que nela também se encontra uma tradição referente às cosmografias em sua base reflexiva, conforme sublinha Gomes (2002). Ademais, Humboldt

[...] legou à posteridade as bases de uma nova ciência, rica em tradições e ao mesmo tempo, moderna e sistemática, trazendo assim o papel talvez maior da geografia dos novos tempos, o de produzir um discurso e uma imagem coerente e científica do mundo moderno (GOMES, 2002, p.162).

À luz deste período, cabe destacar ainda o papel desempenhado por Carl Ritter, que como Humboldt, tinha como objetivo construir novas bases de organização e metodologia de um saber geográfico científico. No dizer de Ritter, a Geografia consistia num conjunto de dados dispersos, constantemente

coletados sem rigor científico, sendo necessária, portanto, uma revisitação aos textos clássicos do saber geográfico (GOMES, 2002). Dessa maneira, o ponto de referência assimilado por Ritter fora o corográfico, que o mesmo atualizara, chamando-o de método comparativo. Na concepção de Moreira,

A visão corográfica parte da noção do recorte paisagístico que materializa a arrumação da superfície terrestre numa ordem de classificação taxonômica ao tempo que propicia ao geógrafo organizar sua descrição. Ritter extrairá daí o princípio do método. Trata-se de tirar a Geografia do estágio meramente taxonômico e descritivo em que se encontrava para elevá-la à condição de ciência, isto é, um saber orientado na teoria e na explicação metódica (MOREIRA, 2010, p. 15).

Rumando nesta direção, o objetivo dos estudos de Carl Ritter foi mostrar um significado na organização corográfica da superfície da Terra, chamado por ele de *individualidade regional dos recortes de espaço*. Sendo realizada uma comparação entre as paisagens em questão com a finalidade de apontar as características comuns e individuais dos elementos analisados para, desta forma, extrair uma ordem classificatória geral e uma individualidade específica.

Portanto, através da comparação constante da superfície terrestre, é que o mapa das individualidades teria sua forma expressa. A corografia se tornaria uma corologia, “um olhar sobre o mosaico das paisagens da superfície terrestre arrumado na teoria” (MOREIRA, 2010, p. 15). Logo, com os seus estudos Ritter consegue transpor a etapa taxonômica e descritiva de uma representação clássica e constrói uma representação moderna (científica), com ênfase nos conceitos e na explicação, criando uma nova fase para a Geografia, conhecida como Geografia Comparada.

Subjacente à este contexto da Antiguidade Clássica, passando pelo advento em ciência moderna e influência de outras disciplinas e correntes de pensamento, a Geografia sempre fez referência ao estudo da superfície terrestre e de sua representação gráfica, buscando a construção de uma “imagem do mundo” a partir desta perspectiva. À luz deste entendimento, a base teórica aqui elucidada esteve presente na organização do pensamento geográfico de então, este centrado na apreensão do conceito da paisagem, que será discutido no item subsequente a partir do estudo da imagem.

1.2 Paisagem: um Conceito-Chave da Geografia Apreendido na Imagem

Conforme visto no item precedente, a Geografia sempre se utilizou da imagem para representar o mundo conhecido, seja através de cartas ou desenhos variados, seja através de modelos cosmográficos. Porém, fora somente com o estudo do conceito de paisagem por uma Geografia acadêmica que o uso da imagem teve mais ênfase e maior alcance.

Nesse sentido, faz-se mister registrar que a paisagem não é um recorte espacial exclusivo da Geografia, outras ciências também se apropriam deste conceito, marcado por um cabedal de noções e perspectivas. Outrossim, assim como a própria Geografia, o conceito de paisagem percorrerá uma extensa trilha epistemológica, configurada a partir de diferentes tempos históricos (e de variadas buscas filosóficas e sociais), que engendrará um quadro múltiplo de interpretações sobre este recorte analítico (RIBEIRO, 2007).

Trilhando conceitualmente pela paisagem, buscar-se-á neste momento construir de forma sumária uma reflexão a respeito da evolução deste conceito, como forma de melhor entender a paisagem sertaneja no tocante à recriação de suas imagens no âmbito das transformações da representação desta paisagem, e no bojo dos ensinamentos da Geografia Cultural.

Com efeito, registra-se inicialmente que a paisagem é um dos conceitos mais antigos da geografia, confundindo-se com a própria construção desta disciplina científica. Neste diálogo próximo entre o conceito e a consolidação da ciência, faz-se importante aqui construir um paralelo entre o estudo da corografia e a utilização de recortes de paisagem durante o século XVI à luz de uma revisitação analítica dos estudos do filósofo Jean-Marc Besse (2006) a propósito da paisagem. Outrossim, dar-se-á prosseguimento à discussão do uso da imagem pela Geografia dentro desta revisitação proposta.

Assim, ressalta-se que Besse analisou a aproximação entre o estudo da corografia e a representação da paisagem, afirmando que foram inúmeras as vezes que os historiadores advertiam para o fato de que o vocabulário utilizado no século XVI para a descrição das representações geográficas era similar àquele utilizado pela pintura de paisagens. Dentro deste contexto, o mapa

representaria um ato de *mimese* (imitação do mundo), da mesma forma que a representação paisagista do mundo estaria calcada na pintura. A propósito, Besse (2006) faz menção a diversos pintores (italianos, alemães, flamengos...), que confeccionaram mapas em distintas escalas, inclusive a partir de vistas topográficas, indicando que o olhar destes artistas e dos cartógrafos

[...] não estão separados, mesmo que eles não se confundam. Eles participam de uma mesma atitude cognitiva, de uma mesma competência visual [...]. Estes homens de ofício, entre os quais estão os geógrafos, partilham esta atenção aos signos do mundo, aninhados na cor das rochas, a orientação dos ventos ou no movimento das águas, que permitem aos olhos lerem, por assim dizer, a paisagem (BESSE, 2006, p.19)

Nesse sentido, qual seria o significado empregado pelos pintores e cartógrafos alemães, italianos e neerlandeses, citados por Besse, à paisagem (*Landschaft*, *Landschap* ou *paese*)? Buscando responder tal questionamento, descreve o autor: “Antes de adquirir uma significação principalmente estética, ligada ao desenvolvimento específico de um gênero de pintura a partir dos séculos XVII e XVIII, a palavra *landschap* (*landschaft*, *paese*) possui uma significação que se pode dizer territorial e geográfica” (BESSE, 2006, p. 20). E, sob este ponto de vista geográfico, especialmente no sentido jurídico-político e topográfico, “a paisagem é, de início, a província, a pátria, ou a região”. Assim, geograficamente,

[...] a “paisagem” não é definida de início como a extensão de um território que se descortina num só olhar de um ponto de vista elevado, segundo a fórmula tornada clássica a partir do século XVII na história da pintura. **Ela é entendida como um espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada por um sujeito [...].** A *landschaft* (*landschap*, *paese*) se define pelo seu *sitium*, ou seja, ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança características. A *landschaft* é de início um lugar que se define por vizinhanças, humanas e naturais, que se pode designar como objetivas, e que podem assim ser cartografadas. Além da mera consideração de sua posição relativa a *landschaft* se define também por um conjunto de propriedades, naturais e humanas, cujo inventário constitui sua qualidade ou sua natureza próprias (BESSE, 2006, p. 21, grifo nosso).

O negrito em trecho do texto busca enaltecer que a paisagem não se trata apenas de uma representação do mundo visível: ela consiste também no espaço da vida. Nestes termos, o autor ainda acrescenta que essa descrição

da paisagem se aproxima com o objeto da corografia, com o tipo de descrição da superfície terrestre na qual as regiões tratadas são consideradas em grande escala, em sua diversidade e nas minúcias de suas características, sendo a corografia uma arte de atenção aos detalhes e também do inventário. Logo, a corografia seria um inventário detalhado das realidades circundantes. Sendo neste ponto, a aproximação detalhada do mundo terrestre, proposta pela corografia, que encontraria uma coadunação com as convenções iconográficas da representação paisagística da natureza feita pelos pintores anteriormente citados.

Desse modo, Besse acaba por fortalecer a concepção de que antes de ser representada por perspectivas artísticas, a paisagem, neste momento de discussão, encontra-se especialmente relacionada à uma experiência territorial e geográfica. No bojo desse entendimento, a paisagem possuía no século XVI, um sentido prático e instrumental, condizente com a representação cartográfica e próxima das representações artísticas da época, sendo objeto comum das duas matizes. Na ordem do dia, a restrição da paisagem a mera representação vem sendo amplamente criticada, havendo uma revalorização do seu conteúdo enquanto espaço de vida e territorialidade inerente ao termo, conforme aponta Wylie (2007).¹

No tocante aos estudos da Ciência Geográfica, o debate em torno do conceito de paisagem modificara-se intensamente desde o início do século XX. Porém, alguns elementos de discussão se mostram de certa forma estáveis, como a visão da paisagem enquanto fisionomia, na qual alguns geógrafos concebem esse conceito não como uma representação, mas como uma fisionomia (forma) ou expressão – ao mesmo tempo uma exterioridade que é vista e representada. Cabe registrar ainda que essa perspectiva de análise fora enaltecida e difundida pelas investigações do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, ao enfatizar a necessidade de apontar a especificidade de um território, distinguindo-o dos demais. Isto seria possível através dos estudos sobre a fisionomia e a característica do mesmo. A propósito, aponta La Blache:

Fisionomia e característica não são representações subjetivas, não são seres fictícios forjados para as necessidades de

¹ Essa discussão atual sobre a paisagem é muito bem explorada no livro: WYLIE, John. (2007). **Landscape. Key ideas in Geography**. Routledge: London & New York.

análise pelo intelecto do geógrafo. São realidades objetivas, que identificam verdadeiramente um território, e que é necessário reconhecer, localizar, delimitar, tanto espacialmente como qualitativamente, a fim de “reproduzi-las” (LA BLACHE *apud* BESSE, 2006, p. 66).

Trilhando nesta direção, outro geógrafo francês que também reforçou a importância do estudo da fisionomia da paisagem fora Jean Brunhes. Ao adotar essa inclinação como o objetivo do saber geográfico, Brunhes acabou por entender que “em todos os lugares [o homem] inscreve sua passagem por impressões que são o objeto do nosso estudo” (BRUNHES *apud* BESSE, 2006, p. 67). Nesse sentido, o fato geográfico seria uma inscrição e os objetos do olhar geográfico, os traços e impressões da atividade humana, marcas da habitação dos seres humanos sobre o solo.

Os estudos da paisagem pela geografia francesa foram legitimados por esta definição, e, aos olhos do geógrafo, ela representaria uma impressão. Dessa forma, a “leitura” de um território pela observação da paisagem revelaria ao geógrafo um “gênero de vida”, que seriam os elementos expressos da interação homem-natureza. Em outras palavras,

O terreno substitui o livro, o texto, e mesmo o arquivo do historiador. Ele adquire um valor heurístico fundamental, uma vez que constitui o substrato onde se lê a relação homem-meio, que se toma, a partir do início do século XX, a problemática explícita da geografia humana Francesa (ROBIC *apud* BESSE, 2006, p. 68-69).

Ao retomar o estudo humboldtiano sobre a fisionomia da paisagem, Paul Vidal de La Blache e Jean Brunhes, ampliaram sua discussão, utilizando-o amplamente no estudo dos tipos de habitat existentes no território e na classificação das diversas paisagens da superfície terrestre.

Revisitado a análise do conceito de paisagem pela ciência geográfica com enfoque no seu aspecto fisionômico, a partir de agora será realizada uma análise sobre a abordagem deste conceito pelos estudos da chamada Geografia Cultural, que tanto enfocou o estudo da paisagem a partir de sua fisionomia, quando também enfatizou outro modo de se conceber a paisagem, através de seus aspectos simbólicos.

Calcado nesta direção, esclarece Rafael Winter Ribeiro (2007), que há um consenso de que a paisagem cultural é o fruto do agenciamento do homem

sobre o seu espaço. Contudo, este conceito pode ser apreendido também de diversas formas:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida também como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 9)

Nesse sentido, o conceito de paisagem cultural pode ser apreendido de distintas maneiras, e como dito anteriormente, pode ser analisado também por duas grandes vertentes de pensamento, opinião compartilhada pelos geógrafos de língua inglesa: a que valoriza o seu aspecto material, seguindo a tradição do estudo da fisionomia da paisagem, e a que enfatiza seu aspecto simbólico.

Sobre o grupo calcado nos aspectos materiais destacam-se os estudos do geógrafo da Universidade de Berkeley, Carl Sauer. Sua abordagem faz menção à tradição alemã do final do século XIX e limiar do XX. Utilizando autores como Passarge e Schülter, ele considera a geografia como a ciência da paisagem, estudada através de suas formas materiais transformadas pela ação da cultura humana.

Conforme dito, a visão adotada por Sauer possui forte influência alemã, inclusive o emprego do termo *Kulturlandschaft* (*paisagem cultural*), de Schülter, que o influenciou diretamente. *Kulturlandschaft* é classificada pela paisagem modificada pelo trabalho humano, em contraponto a *Naturlandschaft*, paisagem natural, que seria a paisagem sem a interferência humana. Conforme aponta Ribeiro (2007), na concepção de Sauer, *Landscape* (*paisagem*) pode ser definida como, “uma área edificada pela associação diversa entre formas tanto naturais quanto culturais, pois, para Sauer “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 2004, p. 59)

Em seu artigo *The Morphology of Landscape*, publicado originalmente em 1925, Sauer consolida a Geografia Cultural como um subcampo da Ciência Geográfica. Sauer se opunha ao determinismo ambiental, outrora fortemente

consolidado na geografia norte-americana, passando a propor a paisagem como o principal conceito da geografia, sendo analisada de acordo com as suas formas materiais, conforme dito anteriormente.

No dizer de Holzer (s.d.) esta seria a primeira obra teórica importante da vida acadêmica de Sauer, onde fora possível revitalizar a corologia como área importante na geografia. Outrossim, os enunciados contidos neste clássico artigo fundamentaram a geografia cultural norte americana, fortalecendo a valorização da relação do homem com a paisagem (ambiente), e a análise desta relação a partir da comparação entre as paisagens, concebidas de forma orgânica. Trouxe, assim, uma visão integral da paisagem.

Desse modo, Sauer valoriza a visão fenomenológica da ciência. Afirma que assim como a Botânica é o estudo das plantas e a Geologia o estudo das rochas, a área ou a paisagem é o estudo da Geografia, porque a paisagem é uma seção importante da realidade, sendo facilmente perceptível pelo homem. Logo, considera a ciência não como um conjunto de leis físicas, mas sim como organizadora do conhecimento humano. Então, para o mesmo, a experiência e não o saber do especialista estabeleceu as subdivisões primárias da ciência (SAUER, 2004).

Sauer também organizou um método próprio, o morfológico de síntese, pautado na alegação que a agregação e o ordenamento dos fenômenos, como formas, estão integrados em sua estrutura. A partir desse entendimento se promove o estudo comparativo dos dados (Idem). Seguindo este método ele defende que:

1. Que existe uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; ou seja, uma estrutura, para qual, certos componentes são necessários, esses elementos componentes chamados de “formas”;
2. Que a semelhança de forma em estruturas diferentes é reconhecida em função da equivalência funcional, as formas sendo então “homólogas”;

3. E que os elementos estruturais podem ser dispostos em série, especialmente em sequência de desenvolvimento, indo de um estágio incipiente a um estágio final ou completo (SAUER, 2004, p. 31).

Ao considerar esta qualidade orgânica da paisagem, dando ênfase aos seus estágios evolutivos, o autor incorporava o darwinismo como uma matriz explicativa (CORREA, 1989). Percebe-se esse aspecto porque, além do caráter espacial, a variável tempo apresentada a partir dos estágios de evolução da paisagem, representa um importante ponto neste estudo. Cabe então ao geógrafo observar a mudança da paisagem natural, acompanhando o passo a passo do seu desenvolvimento ao longo do tempo, até a conseguinte formação da paisagem cultural.

Ainda segundo Sauer, a paisagem cultural expressaria a atividade do homem sobre o espaço, e, dessa forma, ela seria dinâmica, sendo sujeita a mudar tanto pelo desenvolvimento da cultura, quanto pela modificação desta. Sendo assim, a paisagem natural se desenvolveria para uma paisagem cultural até que atingisse um clímax, seguido por um momento de decadência, podendo haver injunção de uma nova cultura que retomaria esse processo contínuo de transformação e reconstrução de sua paisagem cultural. Com efeito, na concepção de Sauer, a paisagem geográfica representa um conjunto das formas naturais e culturais associadas em área. Ela seria o resultado da cultura [agente], ao longo do tempo, sobre o quadro natural [meio] (SAUER, 2004).

Contudo, algumas críticas foram feitas aos estudos de Sauer. Segundo Corrêa e Rosendahl (2003), como os estudos de Sauer eram calcados no historicismo e focados em sociedades tradicionais, fazendo poucas menções às sociedades urbano-industriais, e tendo pouco interesse no pragmatismo, isto engendrou críticas advindas da corrente teórico-quantitativa. Outrossim, a ausência de uma sensibilidade social nos estudos destas sociedades, dominadas pelo capitalismo, fomentou a crítica dos geógrafos vinculados à perspectiva do materialismo histórico. Internamente, as críticas se referiam à ênfase na dimensão material da cultura e ao próprio conceito de cultura, que admitia a mesma como uma entidade supra-orgânica influenciando os indivíduos. Nesta visão de cultura não haveria conflitos, predominando o

consenso e a homogeneidade cultural, como chamaram atenção autores da geografia cultural pós-saueriana - a exemplo de Duncan (1980) e Cosgrove (1984).²

Não obstante as várias críticas aos seus estudos, Sauer foi de grande importância para o pensamento geográfico, pois manteve vivo o culturalismo e o antropocentrismo em meio a um cenário fortemente quantitativo. Outrossim, contribuiu com a ruptura no decênio de 1970 e também com a formulação de um método morfológico, onde a paisagem se transforma num objeto que pode ser estudado e através de métodos considerados científicos naquele instante.

No final da década de 1960, e início de 1970, emerge uma abordagem simbólica da paisagem no contexto de uma nascente revigorada geografia cultural, calcada na valorização do aspecto subjetivo da pesquisa geográfica. Denominando-se como a “Nova Geografia Cultural”, como meio de fazer uma crítica aos estudos de Carl Sauer e se distanciar da escola de Berkeley, os geógrafos culturais que valorizaram essa nova forma de estudo da paisagem introduziram a análise de símbolos e de aspectos subjetivos. Como pode ser observado nas seguintes palavras:

A paisagem representava mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e as percepções sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta (ENGLISH; MAYFIELD *apud* RIBEIRO, 2007, p. 24)

Contudo, este mesmo grupo se apresentou difuso, sendo propostas diversas variações de abordagens da Geografia Cultural dentro do viés simbólico, o que pode ser refletido nas diversas formas de expressão do conceito, possuindo apenas como consenso a refutação da antiga Geografia Cultural preconizada por Carl Sauer.

² Vide as referências: DUNCAN, J. (1980). **The Superorganic in American Cultural Geography**. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, p. 181-198. COSGROVE, D. (1984). **Social Formation and Symbolic Landscape**. London: Croom Helm/Routledge.

No entanto, entre a grande quantidade de trabalhos ligados a esse tema, a característica presente em todos eles foi a percepção da paisagem como um documento a ser lido, resultante de um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório (ENGLISH; MAYFIELD RIBEIRO, 2007, p. 25).

Dentre os geógrafos que tiveram destaque nessa nova abordagem do conceito de paisagem destacam-se os já citados James Duncan e Denis Cosgrove. James Duncan, em seu estudo *The city as a Text* (1990), utiliza a metáfora da cultura e da paisagem como um texto. Para ele:

O interesse dessa metáfora, em um contexto de reformulação não positivista da geografia cultural, é o de permitir ter em conta a dimensão do sentido, na medida em que essa analogia apresenta a paisagem como uma espécie de documento de interpretação instável, aberta a múltiplas interpretações (MONDADA; SÖDERSTRÖM, *apud* RIBEIRO, 2007, p. 26)

Em face à esta abordagem duncaniana, a interpretação da paisagem se mostra subjetiva, na qual cada grupo faria a sua própria interpretação de uma forma diversificada, e de acordo com os seus próprios conjuntos de símbolos (referencia). Já o geógrafo Denis Cosgrove enfoca a sua análise do conceito através de um arcabouço teórico de influência marxista, mas dando destaque aos aspectos subjetivos. Com efeito, Cosgrove afirma que a paisagem deve ser apreendida por seus aspectos simbólicos, mas, de uma maneira diversa dos autores da escola humanista da geografia, pois estes aspectos são fruto dos meios de produção de uma sociedade. Segundo Ribeiro (2007), Cosgrove se interessou pela origem da idéia de paisagem e o seu desenvolvimento como um conceito cultural no Ocidente. Seu enfoque inicia-se nas novas formas de produção que resultaram em novas maneiras de ver e perceber o mundo, daí se consolida uma nova percepção da relação entre o homem e a natureza.

Ademais, Cosgrove identifica duas maneiras distintas de tratar o conceito de paisagem. O primeiro seria através da representação artística e literária do mundo visível, na qual a paisagem seria o cenário visto pelo espectador, e também uma maneira de expressar e conhecer sentimentos a partir do mundo exterior. O segundo é de que ela significa a integração dos fenômenos físicos e humanos, e pode ser averiguada empiricamente e analisada por métodos científicos. Cosgrove concebe que a deveria estudar

com ênfase a existência de um patamar comum entre o objeto e sua investigação e a sensibilidade impressa pelo uso artístico da paisagem. Em seu artigo *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*, o geógrafo também faz uma análise sobre relação entre a paisagem de grupos dominantes e paisagens dominadas, ela aponta a primeira como uma forma do grupo dominante manter o poder e a segunda, seria produzida por grupos não dominantes, teria uma menor visibilidade (COSGROVE, 1998).

Na França, a discussão do conceito de paisagem inicia-se com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) no final do século XIX. O geógrafo visava explicar os lugares e não os homens. Para ele o estudo dos gêneros de vida explicaria como a elaboração da paisagem reflete a organização social do trabalho e as diferentes maneiras de relação do homem com seu meio (CLAVAL, 1999:33 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 28).

Em vez de procurar leis universais, como os deterministas, La Blache se fixou na identificação das causas e efeitos que davam conta das combinações, mudanças e emergências da superfície da terra. Segundo ele o homem, não é um mero refém do meio, mas sim um ser dotado de iniciativa perante o meio físico e biológico, e que contribui na transformação do mesmo (BERDOULAY, 1981 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 28). Assim, além do conceito de paisagem, a ideia de meio [*milieu*] é de extrema importância no pensamento de La Blache. Na sua obra tornava-se importante tudo o que fazia a mediação entre o homem e o meio, todas as construções que são decorrentes da ação conjunta do homem com a natureza.

A partir deste entendimento, La Blache despertou interesse pelo estudo da fisionomia dos lugares, ou seja, pela paisagem e pela morfologia, além das diferenciações regionais (BERDOULAY; SOUBEYRAN, *apud* RIBEIRO, 2007, p. 28). Para La Blache:

A relação do homem com o meio, ao longo dos séculos, em dado lugar, moldaria naquele grupo humano um *gênero de vida* particular. Tal gênero de vida seria o responsável por criar distintas paisagens a partir do substrato natural fornecido pelo meio. Assim, o trabalho do geógrafo seria o de reconhecer cada um desses gêneros de vida, delimitando suas regiões (RIBEIRO, 2007, p. 28-29)

Outro geógrafo de língua francesa que ganhara destaque fora Éric Dardel (1899-1968), que incluiu a perspectiva fenomenológica nos seus estudos. Dardel foi influenciado por autores como Martin Heidegger e Mircea Eliade. O seu livro emblemático, *L'Homme et La Terre* (1952), traz uma perspectiva da geografia regional e geral clássicas bastante original, dando importância à experiência dos seres humanos sobre a Terra. Dardel se interessou pelo que denominou de “geograficidade”, que seria a relação do homem com o mundo, ou simplesmente a natureza da realidade geográfica.

Na atualidade, um dos geógrafos que mais tem oferecido contribuições para o entendimento do funcionamento da simbologia da paisagem é Augustin Berque. A sua ideia central se opõe aos estudos da paisagem como análises morfológicas ou psicológicas. Para Berque a paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta. Ela sempre é especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador. Subjetividade que se torna mais do que um mero ponto de vista ótico. Segundo o próprio “o estudo da paisagem é então outra coisa que uma morfologia do ambiente” (BERQUE *apud* RIBEIRO, 2007, p. 30). Porém, Berque alega que a paisagem é mais que um espelho da alma:

Ela é referida aos objetos concretos, aqueles que existem realmente à nossa volta. Se aquilo que ela representa ou evoca pode ser imaginário, existe sempre um suporte objetivo. “O estudo da paisagem é outra coisa que uma psicologia da percepção” (BERQUE, 1994:05 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 30).

Assim, segundo o autor, a paisagem reside na complexa interação entre o sujeito e o objeto, sendo ao mesmo tempo marco¹ e matriz. Matriz quando as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; e marco, pois cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade (BERQUE, *apud* RIBEIRO, 2007, p. 30). E ainda de acordo com Berque, a importância da análise da paisagem reside no fato de que ela permite a percepção do sentido do mundo em que se vive.

Feito esta leitura teórica sobre paisagem, revisitando de diversos autores e abordagens geográficas. Neste trabalho será dado destaque à visão simbólica da paisagem, de acordo com a Nova Geografia Cultural. Desse modo, o conceito trabalhado neste estudo é o de paisagem cultural, centrada

na abordagem cultural da Geografia. No próximo item será feito um apanhado teórico sobre essa abordagem e sobre a questão da visibilidade das imagens na ciência geográfica.

1.3 Geografia e Visibilidade: a Ciência do Olhar na Paisagem

Dentre os conceitos norteadores da Geografia (região, território, lugar e espaço), elege-se a paisagem como o recorte a ser incorporado à dimensão cultural em seus estudos (RIBEIRO, 2007; MACIEL, 2002). No entanto, adverte Claval (1997), ser necessário à Geografia Cultural, para se desenvolver como uma disciplina, que não seja apenas uma disciplina natural que estuda paisagens e regiões, como se tornou conhecida no limiar do século XX, e que o seu papel não se reduza apenas ao estudo de mecanismos que permitam que as sociedades prevaleçam sobre obstáculos de dispersão e de distância.

Ainda sobre a concepção de Claval é preciso que se faça uma reflexão sobre a “geograficidade”, sobre o papel que o espaço e meio possuem na vida dos indivíduos, e sobre o sentido que os mesmos lhes conferem, afora o modo que esses indivíduos utilizam para melhor se entenderem e construir o seu ser. E, é neste sentido, do envolvimento do indivíduo com a paisagem, e no contexto das rupturas teóricas antes mencionadas, que outra perspectiva de análise ganhou destaque, a simbologia da paisagem.

Após o crescimento das posturas que conferem um maior peso a uma abordagem econômica da geografia, sejam associadas ao pensamento neopositivista ou crítico, a perspectiva simbólica vem ganhando uma crescente importância no debate acadêmico, o que contribui com a revitalização do conceito de paisagem, conforme assegura Maciel (2002). Ainda de acordo com este autor, esta abordagem confere importância ao papel central do espírito humano, e a paisagem é apreendida como uma realidade que é interpretada pelos habitantes e dotada de sentidos, de forma subjetiva, na proporção em que se transforma em um mundo coesa para as suas ações cotidianas (Id., *Ibid*).

Apoiado nos escritos de Cosgrove, Maciel (*Ibid.*) acrescenta que apesar do esforço para tornar científica esta categoria (morfologia da paisagem), isto não fora suficiente para engendrar a separação entre as suas características estéticas e subjetivas. Posto que toda paisagem é necessariamente simbólica, fruto de uma imaginação e que recebe diferentes valores e sentidos culturais. Estas características apreendidas trouxeram a possibilidade de se superar a

vertente positivista da ciência e restaurar a importância da imagem, dos simbolismos e do imaginário como elementos significativos no debate acadêmico.

Conforme exposto anteriormente, nesta pesquisa o foco está vinculado ao poder da paisagem de significar os traços da cultura na qual está inserida. De tal modo que debater sobre a abordagem simbólica desta categoria não se reduz a consideração de signos, modelos e padrões de relação funcional entre os símbolos e os sujeitos da observação, mas sim faz uma menção a consideração do imaginário geográfico e do plano afetivo como força criativa da realidade (Id., Ibid.).

Comungando com as palavras de Maciel, estudar a paisagem sertaneja é estudar as transformações culturais que esta região vem passando e também analisar o imaginário social e geográfico que esta paisagem traz consigo. Desse modo, o conceito trabalhado neste estudo será o de paisagem cultural, e a abordagem cultural da geografia, ou geografia cultural, a abordagem teórica adotada.

Em seu livro *O Lugar do Olhar* (2013), o geógrafo Paulo César da Costa Gomes assegura que a sociedade atual vivencia uma espécie de “era das imagens”, pois as mesmas estariam abundantemente presentes em todos os campos da vida social. De acordo com o mesmo, cria-se a impressão de que “qualquer coisa para existir deve necessariamente ser fixada sobre um suporte imagético” (GOMES, 2013, p. 5).

Trilhando nessa direção, e assentado nas palavras do filósofo francês Jean Baudrillard, afirma Gomes (Ibid.) que nos dias atuais, para um fato ser verdadeiro, precisa, em um primeiro momento, ser apresentado como imagem, e enfoca também que verdadeiro não necessariamente significa ser real. Pois, “a imagem não precisa de um correspondente ‘real’, como a cópia. Ela pode ser produto de um jogo de simulacros, de imagens que se referem umas às outras” (BAUBILLARD *apud* GOMES, 2013, p.5-6).

Ademais, acrescenta Gomes (Ibid.) que existe uma intensa competição dessas imagens pela apreensão e captura do olhar dos indivíduos, como potenciais consumidoras dessas imagens, conforme pode-se observar abaixo:

Há uma imensa competição dessas imagens pela captura atenta dos olhares. Não apenas dos olhares: algumas imagens deliberadamente procuram, sobretudo, atrair nossa atenção. Em um universo de múltiplas e contínuas possibilidades colocadas ao olhar, as imagens que conseguem prender nosso interesse estabelecem entre si um campo de visibilidade privilegiado. Ao mesmo tempo, essas imagens, objetos centrais de nossa atenção, tornam as outras desinteressantes ou despercebidas, ou seja, paralelamente se estabelece um campo de relativa invisibilidade. Assim, existem aquelas imagens que, por conseguirem se extrair do fluxo da continuidade, se singularizam; mais do que percebidas, elas são individualizadas e recebidas com destaque (Id., *Ibid.*, p. 6)

Ainda segundo o autor, determinadas condições contribuem para que algumas imagens conquistem mais destaques que outras. Significando que na competição entre imagens, desenvolvem-se verdadeiras estratégias para atrair a atenção dos olhares almejados, e existe a necessidade de “[...] capturar o olhar e simultaneamente conservá-lo” (GOMES, 2013, p. 7). E, neste jogo de imagens, algumas delas se impõem sobre outras e parecem legitimamente dispor do direito de poder ofuscar as demais.

Outrossim, Gomes (*Ibid.*) traz à luz a discussão em torno das possíveis relações entre imagens e posições espaciais, indagando sobre de que forma a disposição espacial de um campo de visibilidade interviria na percepção que as pessoas teriam das coisas e que atenção dedicariam a elas. Ademais, o autor (*Id.*, *Ibid.*) evoca a relação entre a Geografia e a contemplação da diversidade terrestre, que se tornaria uma prática geográfica desde o século XVIII com Alexander Von Humboldt (geógrafo já trabalhado no começo deste capítulo).

De acordo com Humboldt, para àqueles que praticavam a Geografia, a contemplação da diversidade terrestre traria a união entre a sensibilidade estética e a possibilidade da compreensão dos fenômenos estudados, através da observação. A observação seria assim, um atributo básico da Geografia Clássica. Contudo, assevera Gomes (*Ibid.*) que, na ordem do dia, a observação como prática geográfica teria perdido seu lugar como elemento de análise nos estudos desta ciência. Contudo, o autor afirma que esta prática geográfica faz parte do processo de descoberta das Ciências Sociais, e de uma Geografia inclusa.

Com base nestes raciocínios expostos, Gomes (Ibid.) propõe refletir como a organização do espaço participaria das estratégias que oferecem ou ampliam a visibilidade de coisas, fenômenos ou pessoas, buscando também analisar o papel das figurações desses complexos planos de posição especiais e como as representações do espaço seriam possíveis de serem analisadas como imagens dos lugares.

Nesse sentido, o geógrafo carioca cita o exemplo de algumas cidades que oferecem aos seus visitantes pequenos guias onde existem indicações do que se ver e visitar. Isso não se restringe às cidades, mas também aos parques naturais, museus, dentre outros. Por fim, o autor propõe uma reflexão sobre esses “guias do olhar” e as categorias espaciais que classificam o interesse do olhar. O mesmo fenômeno acontece nos folhetos, sites e guias utilizados para fazer uma alusão da Caatinga como patrimônio. Como será visto no terceiro capítulo. Desse modo, feita esta breve discussão a respeito da visibilidade das imagens e a Geografia, será analisada nos próximos capítulos as imagens escolhidas para representar o sertão semiárido nordestino, como as mesmas vem sendo trabalhadas através das diversos vieses, levando em consideração o imaginário nacional do sertão semiárido e as atuais transformações ocorridas neste recorte espacial. O debate sobre o conceito de imaginário e representação social será feito no próximo capítulo, da mesma forma que também será analisado como o imaginário nacional do sertão nordestino foi convencionalizado.

CAPITULO II

O SERTÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E O IMAGINÁRIO DAS SECAS

2.1 Sertão: Revisitando sua Geografia, História e Expressão Cultural à luz do Semiárido Nordestino

Antes de fazer uma análise sobre o imaginário convencional relativo ao Sertão semiárido, será feita uma análise física, histórica e cultural sobre este recorte espacial. Logo depois será feita a análise da construção do discurso das secas, em uma perspectiva político-ideológica e imagética. Em seguida, será realizada uma análise sobre como a paisagem sertaneja foi representada em um viés convencional relativo a um discurso, que comumente relacionou a paisagem sertaneja, apesar da sua diversidade, a um dos seus aspectos climáticos mais marcantes, o fenômeno da seca.

Em seus estudos, Aziz Ab'Saber (2003), caracterizou o Sertão semiárido como o domínio das caatingas, ele o coloca como um dos três espaços semiáridos do continente sul-americano, tornando-se excepcional em um contexto de um continente de grandes extensões de terras úmidas³. De acordo como próprio autor:

A originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro reside num compacto feixe de atributos: climático, hidrológico e ecológico. Fatos que se estendem por um espaço geográfico de 720 mil quilômetros quadrados, onde vivem 23 milhões de brasileiros. Na realidade, os atributos do Nordeste seco estão centrados em um tipo de clima semiárido regional, muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões (AB'SABER, 2003, p. 85).

Como pode ser observado no mapa da página 43, o Semiárido situa-se numa grande extensão de terras do Nordeste brasileiro, contendo parte dos estados do Piauí, quase a totalidade do Ceará, grandes partes da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e uma pequena parcela de Alagoas, Sergipe e

¹ Segundo Aziz Ab'Sáber "as exceções ficam ao norte da Venezuela e da Colômbia (área *guajira*) e na diagonal seca do Cone Sul, que se estende desde a Patagônia até o piemonte dos Andes, atingindo depois os desertos do norte do Chile e toda a região costeira ocidental do continente, desde o Chile até o Equador e parte do Peru. Por fim temos a grande região seca – a mais homogênea do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social dentre todas elas – constituída pelos sertões do Nordeste brasileiro" (AB'SÁBER, 2003, p. 83).

Minas Gerais (GARCIA, 2005). Apesar de sua variabilidade interna, grosso modo, o Semiárido nordestino pode ser caracterizado pela escassez e pela má distribuição de chuvas durante o ano, havendo sempre um longo período de estação seca.

Feita esta breve introdução, agora será realizada uma análise sobre a ocupação territorial do Semiárido nordestino. O grande estudioso e economista brasileiro Celso Furtado, em seu livro *Formação econômica do Brasil* (2003), examina a ocupação⁴ deste território pelos portugueses e a relaciona com o crescimento da economia açucareira nordestina, desenvolvida no litoral úmido. Segundo o mesmo, a formação de um sistema de alta produtividade, e em crescente expansão no litoral do Nordeste, ocasionou, necessariamente, consequências diretas e indiretas para as outras regiões subjacentes ao domínio português. Por conseguinte, houve o advento de um mercado que justificava a existência de atividades econômicas paralelas à economia açucareira.

Ainda de acordo com Furtado (2003), os produtos importados pela colônia consistiam basicamente em artigos de luxo, os quais não poderiam ser produzidos na mesma. O único artigo que se apresentava em condições de ser suprido dentro da colônia era a carne, pertencente à dieta dos escravos. E as duas principais fontes de energia que os engenhos de açúcar dependiam, a lenha e os animais de tiro, poderiam ser supridas localmente apresentado grande vantagem, assim como as madeiras para a construção.

Devido à proeminente expansão da economia açucareira, a necessidade destes artigos passou a acompanhar essa expansão proporcionalmente, já que a degradação das matas litorâneas criou a necessidade de procura de lenha a distâncias cada vez maiores. Em outra instância, a criação de gado nas faixas litorâneas se mostrou impraticável já que se realizava dentro das unidades produtoras de açúcar.

Portanto, fora a partir da separação dessas duas atividades econômicas, a açucareira e a criatória, que possibilitou a emergência de outra economia

⁴ Os autores estudados utilizam o termo ocupação, porém fica a título de esclarecimento que as terras do interior já eram ocupadas por populações nativas.

dependente na região nordestina, a criação de gado. A ocupação de terras pela criação bovina era extensiva e itinerante, muito devido aos regimes de água e às longas distâncias dos mercados, que exigiam um grande deslocamento dos animais. Ademais, o modo como se consolidou esse tipo de acumulação de capital engendrou a uma expansão independente das condições de procura, contribuindo para que a economia criatória se tornasse em um fator de grande importância para a penetração e ocupação do interior brasileiro (FURTADO, 2003), conforme pode ser compreendido nas palavras abaixo:

Os animais utilizados nos serviços dos engenhos eram levados na entressafra [...] à beira-mar ou ao Semiárido, onde cresciam pastos. Para atender à demanda de gado vaqueiros subiram os principais rios do Nordeste, às suas margens construindo currais onde encontravam melhores condições de vida para si e seus rebanhos. Com o crescimento da demanda e da própria expansão populacional, começaram a subir também os afluentes, ocupando as margens dos riachos ou simples ribeiros. Assim foi povoado o Semiárido nordestino (GARCIA, 2005, p. 52).

Feita esta breve análise sobre aspectos físicos e sobre a ocupação territorial do Sertão Semiárido, vale ressaltar que além de ser um recorte geográfico com fortes bases no aspecto natural, o Sertão também apresenta uma significativa construção cultural e simbólica. Com efeito, o termo “sertão” não esteve sempre relacionado com esse recorte espacial predominantemente nordestino, ele obteve muitas significações pela língua portuguesa em diversos momentos históricos.

O estudo produzido pela historiadora Janaina Amado (1995) trata sobre esta diversidade de significados atribuídas ao o termo sertão durante diversos momentos históricos nacionais, e a construção do mesmo enquanto categoria espacial. Neste sentido, assegura a autora;

Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um dos seus referenciais essenciais (Id., Ibid., p. 1)

Como observado na citação anterior, outros locais do território brasileiro também possuem a toponímia de “sertão”. No entanto, não possuem o mesmo

enraizamento territorial que o termo assimilou na região do Nordeste brasileiro. Ademais, o

[...] sertão é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber, “agreste” e “zona da mata” (Id., Ibid.).

Ainda segundo Amado (1995), sendo um termo extremamente utilizado por historiadores, presente desde o século XVI, nos relatos de viagem, ou nas incipientes tentativas de uma historiografia brasileira, entre os anos de 1870 e 1940, o termo foi categoria espacial em todas as construções historiográficas que possuíam como tema básico discutir a nação brasileira. Nesse sentido, “[...] vivido como experiência histórica, ‘sertão’ constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia português e, após o século XIX, como nação” (Id., Ibid., p. 2).

Como categoria cultural o termo “sertão” possui uma grande importância na literatura brasileira, sendo presente tanto na literatura popular (oral e cordel), como na literatura de caráter culto, dentre várias escolas literárias, das quais merece destaque a “geração de 1930”, marcada pelo por uma literatura de forte caráter regionalista. Com efeito, “[...] a literatura povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro” (Id., Ibid., p. 3).

Uma análise da construção deste termo enquanto categoria espacial durante o período colonial brasileiro nos mostra que, aproximadamente desde o século XII, os portugueses utilizavam o termo, grafado como sertão ou “certão”. A expressão designava áreas localizadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa (CORTESÃO *apud* AMADO, 1995), e desde o século XV, utilizaram-na também para nomear espaços vastos, interiores pertencentes à possessões recém anexadas das quais se sabia pouco. Desde o século XVI, as expressões foram empregadas por inúmeros viajantes e cronistas nas terras colonizadas pela coroa portuguesa nos continentes africano, asiático e americano.

Ainda sob este plano histórico, Amado (1995) lembra que, às vésperas da independência o termo fora utilizado no Brasil de forma bastante difundida e cheia de significados. Assim,

[...] De modo geral, denotava as “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza indomada, habitada por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente (AMADO, 1995, p. 6).

Dessa maneira, no Brasil colonial, o termo em questão pode designar espaços amplos, “desabitados” e desconhecidos como também pode ter outra significação vinculada ao ponto de observação por onde se encontrava o enunciante ao proferir este termo. Nesse sentido, como a ocupação territorial brasileira sempre se mostrou muito presente no litoral, local onde também estavam as atividades econômicas tradicionalmente estabelecidas, este foi o ponto de observação privilegiado. Contudo, a expressão sertão, sempre fora utilizada em contraposição ao litoral (AMADO, 1995).

Neste contexto, o Sertão semiárido da região Nordeste fora adquirindo as suas primeiras significações, um local distante, desconhecido e ainda não habitado, em contraposição a um litoral dinâmico e povoado, não se estabelecendo neste momento diferenças naturais ou climáticas entre as mesmas. Durante a primeira metade do século XX, o termo sertão ganha o significado de terras dominadas por coronéis, que tinham um amplo poder de domínio e mando em terras sertanejas. Ademais, o sertão continuou a ser percebido em oposição a um litoral dinâmico e corrompido por estrangeirismos. O sertão, assim, ganha contornos de um Brasil autêntico, no qual reside o verdadeiro povo brasileiro com seus costumes populares. Recentemente o sertão adquiriu a significação a qual está mais vinculado na atualidade, um local árido ou semiárido (IBGE, 2006). Como será exemplificado no próximo item.

2.2 A Paisagem Sertaneja e o Imaginário da Seca em Diversos Momentos Históricos

Conforme observado no item precedente, dentre as grandes áreas culturais brasileiras, o Sertão semiárido nordestino se apresenta como a de maior produção intelectual. O imaginário a propósito deste recorte espacial fora edificado inicialmente em uma base determinista que relacionou os seus baixos índices econômicos e sociais da região ao clima semiárido. Tal relação simples de causa e efeito fora trabalhada discursivamente em estratégias políticas pela elite político-econômica nordestina com intuítos de obtenção de auxílio fiscal federal, ocasionando um imaginário nacional de “fome e miséria” em relação ao Sertão semiárido, e, por conseguinte, à região Nordeste.

Os principais signos desse imaginário estão correlacionados à um dos traços naturais mais marcantes do clima semiárido, o fenômeno das secas (CASTRO, 1992, 1996, 1997; RIBEIRO, 1999; SILVA, 2010). Neste subcapítulo será realizada uma análise de como o Sertão semiárido fora identificado com esse discurso que relaciona a paisagem sertaneja com a seca, a partir dos estudos dos geógrafos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Iná Elias de Castro e Rafael Winter Ribeiro.

Neste sentido, Castro (1992) afirma que o Sertão semiárido nordestino vem sendo apresentado historicamente através de uma conscientização coletiva das dificuldades, que seriam vistas como inerentes a este meio e relacionadas com o clima semiárido deste recorte espacial. Conforme ela afirma:

A natureza aí é um ente quase metafísico, é fortemente idealizada e trabalhada nos discursos da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça social. Neste sentido, o imaginário da seca nordestina, como tragédia social e econômica, apesar de toda tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Pois, em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sócio-político e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares (CASTRO, 1996, p. 297).

Outrossim, Castro (1992) aponta a existência do costume de trabalhar intelectualmente esta região como uma questão, a questão Nordeste. Segundo a mesma, esta não seria uma questão verdadeira, pois, a verdadeira questão

seria a forma do exercício do poder feito pelos políticos locais, representando as suas elites, sendo o espaço nordestino organizado em suporte a este poder. Assim, a questão nordestina seria uma falsa questão, devendo ser deslocada da região Nordeste para outras atividades políticas historicamente exercidas e ocupadas pelas suas elites.

Ainda segundo a geógrafa, aceitar o Nordeste como uma questão seria corroborar com o discurso desta elite regional, caracterizada pelo patronato rural, “apoiado na grande propriedade e em formas de trabalho coercitivas, como a parceria em suas múltiplas modalidades, remanescente principalmente na região Nordeste” (CASTRO, 1996, p. 285). Ademais, aponta a autora, que estes atores tradicionais seriam tanto os proprietários de terra quanto os seus representantes políticos “[...] cujas decisões e ações se fazem para evitar alterações de fundo nas relações de produção, de poder e de disponibilidade de recursos financeiros” (CASTRO, 1996, p. 303).

Nesse sentido, o sistema político pode ser visto como um instrumento legítimo das aspirações e reivindicações regionais. Assim, a existência de uma atividade política regional, independente de sua intensidade pode ser um dos poucos meios para a obtenção de decisões a favor de grupos sociais. No caso do Brasil, as diversas características físicas do seu meio geográfico, devido à sua grande extensão territorial, podem disfarçar ou confundir outras diferenças. Estas terminariam por induzir outras interpretações de relações de causa e efeito que traria uma superexposição das potencialidades ou limitações da natureza. Então as diferenças sociais e econômicas deveriam ser também interpretadas como um produto político ou fator político, já que seu espaço nacional é organizado e construído histórica e politicamente. As diferenças espaciais devem ser abordadas como fruto de decisões políticas, ressalta Castro (1992).

No tocante ao conceito de imaginário, advindo da antropologia e também utilizado pela Ciência Geográfica, ele pode ser utilizado, conforme mostra Castro (1997), como meio de compreender o mundo proposto pela geografia, levando em consideração a força dos símbolos, das imagens e do imaginário como continentes dos conteúdos da disciplina. A relação entre a Geografia e o estudo do imaginário se apresenta como sendo de suma importância, pois, a

Geografia produz um “[...] conhecimento do espaço, mas também um modo de vê-lo, de interpretá-lo e de codificá-lo, tanto através de seu discurso acadêmico como por intermédio de seus avatares nos discursos do senso comum” (CASTRO, 1997, p. 156).

Desta forma, o espaço seria, concomitantemente, continente e conteúdo dos signos e símbolos de um imaginário carregado de tensões intrínsecas às relações humanas. Logo, seria possível percebê-lo como função e produto da imaginação que incorpora e reconstrói o real (Id., Ibid., p.157). Dentro deste contexto, a geograficidade continente no imaginário seria fruto das interações entre a Terra e o homem.

Por conseguinte, a visão do imaginário como forma de *mediação da realidade* vem da comprovação da eficácia da imaginação na apreensão de certa ordem em meio à infinita e aparentemente incoerente complexidade do mundo real. Compreendendo a imaginação como também produtora de realidade, e entendendo o termo *imaginário* como uma intercessão entre o *real* e o *imaginado*. Assim, o imaginário social estende-se em imaginário político e, os dois, por sua matriz espacial e por serem informados pela geografia dos lugares, contem em si o imaginário geográfico (Id., Ibid.).

Trilhando nesta direção, Castro acrescenta que o uso de conceitos como imaginação, imagem e imaginário, são cada vez mais comum em diversas linhas de estudo da ciência geográfica, como a Geografia Humanística e a Nova Geografia Cultural. A contribuição do conceito de imaginário à construção da discussão e à renovação das questões propostas à Geografia seria feita no debate sobre o espaço geográfico. Nesse debate, evidencia-se que

[...] a ambição de compreender [...] o espaço através de uma racionalidade objetiva, com a pretensão de exclusividade na apreensão do real e na elaboração de um discurso unívoco sobre ele, está epistemologicamente em crise, novos caminhos mesmo que polêmicos, devem ser tratados (CASTRO, 1997, p. 158).

Neste sentido, em seu caminho como disciplina acadêmica, a Geografia tem incorporado conceitual e metodologicamente a sociedade, ou seja, o fazer social e sua dinâmica. Contudo, prisioneira da razão iluminista, a objetividade necessária ao fazer científico expulsava de suas argumentações tudo o que

não tivesse existência concreta ou o que não pudesse ser explicado de acordo com a razão. Caminhando nesta direção,

[...] a rígida busca, de fatores causais definia o conteúdo explicativo dos fatos geográficos em função da possibilidade de claras e objetivas relações de causa e efeito, qualquer referência à imagem, símbolo ou imaginário só merecia status explicativo se subordinado à lógica objetiva de base material, sendo estes conceitos naturalmente decodificados como ideologia (Id., Ibid., p. 159).

A incorporação desses conceitos através de diversas abordagens da Geografia contribuiu para uma ampliação temática e empírica da disciplina geográfica, e o atual momento é de suma importância para o fortalecimento de novas maneiras de estimular o debate geográfico. Segundo Castro (1997), esta discussão deve perpassar e contemplar tanto uma rigidez de um esquema explicativo, quanto uma flexibilidade imaginativa e sensorial.

Conforme aponta Serge Moscovici, o conceito de representação social tem sua origem nos estudos da Antropologia e Sociologia, através dos postulados de Émile Durkheim e Lucien Lévy-Bruhl. Desta forma, a teoria da representação social pode ser considerada como uma forma sociológica da psicologia social (ALEXANDRE, 2004). Para Santos através dos estudos das representações pode ser compreendida a realidade em seu processo de construção social. Segundo o mesmo:

[...] falar em representações sociais é remeter-se ao conhecimento produzido no senso comum. Porém, não a todo e qualquer conhecimento, mas a uma forma de conhecimento compartilhado, articulado, que se constitui em uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais (SANTOS, 2005, p. 21).

Na ótica de Almeida, as representações sociais são “[...] presentes no discurso e nas palavras veiculadas nas mensagens e imagens da mídia, cristalizadas nas condutas e nos arranjos materiais e especiais” (ALMEIDA, 2005, p. 41).

À luz deste entendimento, e retornando à discussão sobre o imaginário das secas, Ribeiro (1999) corrobora com Castro e cita que talvez o Nordeste brasileiro seja a região do país sobre a qual se tenha mais desenvolvido um trabalho intelectual, e que, ao longo da história, esta região tenha sido tratada como uma questão a ser resolvida, a questão Nordeste. Tida como uma região

problema, pois, a ela seriam associados os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país.

Em razão de o Nordeste apresentar características naturais distintas do restante do país, especialmente por possuir um clima semiárido abrangente no seu território, o fenômeno da seca e suas inclemências representariam o elemento principal de um imaginário regional. Este veiculado e difundido através da mídia e trabalhos acadêmicos, nos quais a natureza é trabalhada discursivamente como a principal responsável pelos índices baixos da região. Tal associação entre clima e pobreza revelaria um tratamento determinista e superficial que contaminaram boa parte da produção cultural e intelectual, além de naturalizar um problema que, antes de tudo, seria de ordem social.

Menciona-se ainda de uma permanência deste discurso ligada a uma elite regional conservadora com o intuito de beneficiamento na divisão das verbas federais, o que evidenciaria a importância da interpretação dos discursos pela geografia, visto que os mesmos seriam um forte instrumento de atuação e legitimação de diferentes grupos sobre o espaço. Segundo Ribeiro (1999), a análise do discurso seria negligenciada no meio geográfico, que também negligenciaria o fato de que o discurso seria capaz de revelar muito das estratégias de atuação de grupos sociais sobre o espaço:

O discurso é reflexo dos grupos que são responsáveis por sua elaboração, recepção e reprodução e, dessa forma, reflete o tempo e o espaço em que atuam. Assim, investigar o discurso, as idéias, símbolos e mensagens que ele veicula é uma das opções metodológicas para entender como determinados grupos organizam seus territórios. Mais do que isso, por esse ponto de vista, o discurso funcionou como um elemento legitimador de uma organização do espaço, na medida em que, sobretudo em sociedades democráticas, dependerá da capacidade de seu locutor de se fazer acreditar, e da vontade de ouvir de quem recebe a mensagem que serão tomadas atitudes que poderão influenciar sobre a organização do território (RIBEIRO, 1999, p. 70).

Segundo Ribeiro (1999) a gênese do discurso da seca está relacionada com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, dentro do contexto da implantação do Estado Nacional. Com a desvinculação política de Portugal, coube à intelectualidade brasileira a tarefa de traçar um perfil nacional que pudesse

garantir a identidade deste território, baseada em estudos históricos e geográficos. Os primeiros com o intuito de traçar a gênese da nacionalidade brasileira e os segundos com o objetivo de descortinar as vastidões deste território, que em grande parte era desconhecido.

As ideias e ideologias desenvolvidas e propagadas através deste instituto, com apoio oficial, vão paulatinamente encontrando ecos no imaginário nacional. Esse projeto realizou também a formação de entidades semelhantes nas províncias, devidamente subordinadas aos princípios propostos na capital do Império. Esses institutos tinham como dever traçar uma identidade provincial, o que justificaria uma subdivisão regional do país, porém não se sobrepondo a uma identidade nacional.

Neste contexto, o Instituto do Ceará foi fundado em 1887 e, pelo fato de esta então província ter boa parte do seu território atingido periodicamente pelas secas, este passou a ser um assunto constante nos trabalhos produzidos. Sendo este instituto um dos que mais se preocupou com essa questão, e uma das primeiras instituições a produzir trabalhos sobre esse assunto. Ademais, quando o Instituto do Ceará foi fundado a questão principal do pensamento geográfico brasileiro fora a delimitação do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das ideias de progresso (MACHADO *apud* RIBEIRO, 1999).

Deste modo, o fato de que esta província possuía em grande parte uma natureza ambiental diferente do restante do país, o Semiárido, fez com que boa parte dos seus integrantes tomasse uma posição diferenciada do restante do Brasil junto à questão do progresso. Assim, em um contexto histórico de exaltação romântica da província, de seus símbolos, heróis e natureza, propiciou-se uma construção de um discurso característico do final do século XIX, no qual mesmo as dificuldades do meio-ambiente são vistas sob um viés positivo que guardaria em si condições excepcionais para o desenvolvimento de uma sociedade. Logo,

O clima condicionaria o progresso, facilitaria o trabalho e a procriação, gerando uma boa raça. A seca, quando citada, é apontada como mera adversidade temporária que nada impediria o desenvolvimento da região, já que as condições excepcionais do meio físico, incentivariam no homem um espírito de trabalho e de desenvolvimento das capacidades

intelectuais, suplantando qualquer adversidade temporária (RIBEIRO, 1999, p. 81).

Concomitantemente à relação feita entre as características climáticas e a exaltação do povo cearense, outros estudos sobre a seca foram feitos pelo Instituto do Ceará. Realizados até o início do século XX, nestes estudos é possível identificar grandes descrições de secas anteriores, o que reflete uma tendência da Geografia e Historiografia nacional da época de descrição de áreas e fatos. As consequências advindas da seca são apresentadas de maneira trágica, sendo comum a utilização de adjetivos fortes para descrevê-la. Porém, não chega a ser desenvolvida nestes trabalhos uma relação de causa e efeito entre seca e situação político-social do local afetado, pois, estes trabalhos não possuíam uma matriz explicativa, visto que estavam centrados em descrever o fenômeno da seca e suas consequências. Porém, segundo Ribeiro (1999), a descrição feita da seca por estes autores, em caráter de tragédia, forneceu argumentos para aqueles que acusaram a seca como responsável pelos problemas regionais:

O imaginário trágico que é forjado, ligado à idéia de inexorabilidade do meio é tão forte que torna fácil sua transformação para uma associação entre o atraso da região e seu meio físico. Esse discurso toma forma no início do século XX e o reforço de uma imagem trágica que o acompanha de tal maneira toma espaço, que exaure a visão anterior das possibilidades da dureza do clima como condicionante do progresso através dos desafios que são colocados à sociedade para sua superação. Esta perspectiva acaba sendo superada, no início deste século, por outra que ressalta a submissão e impotência do Homem diante da inclemência das secas (RIBEIRO, 1999, p. 83)

No início do século XX cresce a quantidade de trabalhos que trazem uma associação entre o clima e o atraso econômico regional, este que se tornou cada vez mais visível, ainda mais se comparado ao crescimento apresentado pela região sudeste. As bases para esta discussão são fornecidas pelo grande adensamento populacional verificado no Semiárido desta época (GUIMARÃES NETO *apud* RIBEIRO, 1999) e o baixo grau técnico possuído pela população local, o que transformou em evento calamitoso, qualquer estiagem com maior duração, que antes era sentida apenas por uma pequena população difundida pelo território.

Outra razão para esta discussão tomar força fora o crescimento da cultura do algodão e pecuária, que tomou forma definitiva no final do século XIX, e início do século XX no Sertão semiárido, muito devido ao aumento das demandas de industriais europeias, e posterior desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil (OLIVEIRA *apud* RIBEIRO, 1999). Esse crescimento do “Nordeste algodoeiro” acarretou em uma perda relativa do controle político do “Nordeste açucareiro” na Zona-da-Mata, e causou maior visibilidade nacional ao Sertão semiárido, visto que naquele momento histórico o mesmo passou a possuir uma promissora atividade econômica na região.

Foi nesse momento também que emergiu a estrutura fundiária que foi típica do latifúndio no Sertão, e, concomitantemente passa a existir uma elite econômica local. É nesse contexto que a imagem do Nordeste relacionada à opulência açucareira é paulatinamente substituída pela imagem do latifúndio sertanejo e dos “coronéis”. Surgindo, assim, o Nordeste das secas (OLIVEIRA, *apud* RIBEIRO, 1999).

Seria então evidente a relação entre a seca e o atraso regional presente no imaginário daqueles que produziram uma reflexão sobre as áreas de clima semiárido e a permanência das bases dessa relação nos escritos atuais. São estes os responsáveis pela elaboração de uma noção presente que se encontra no senso comum e que é refletida ainda hoje.

O discurso sobre as secas não se restringe à esfera política e intelectual, outros autores também abordaram a construção do imaginário das secas por outras perspectivas, como a artística, feito pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu livro *A invenção do Nordeste e outras artes*. Neste trabalho, o autor afirma que “a visibilidade e a dizibilidade da região Nordeste, como de qualquer espaço, são compostas também de produtos da imaginação, a que se atribuem realidade. Compõe-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade e, tomam consistência, criam ‘raízes’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). Dessa maneira, para Albuquerque Júnior:

O Nordeste é uma criação imaginético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatório, que impõe ao ver e ao falar dele certos limites. Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente

diferenciadas e até antagônicas, elas lidaram com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 217).

Segundo o autor a noção de região Nordeste fora surgindo aos poucos, por meio de discursos jornalísticos, artísticos, científicos e literários. E ganhou força a partir da obra *Os Sertões* (1906) de Euclides da Cunha e também de textos regionalistas da década de 1920, como do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e os autores da antes citada “geração de 30”, como o escritor alagoano Graciliano Ramos em seu livro *Vidas Secas* (1938), posteriormente filmado em película pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos, com o mesmo título, no ano de 1963. Em razão de não tecer um diálogo forte com os conceitos geográficos aqui propostos, os estudos de Albuquerque Júnior não serão aprofundados, ficando a título de menção⁵.

Como visto anteriormente, o sertão nordestino, além de ser um recorte especial, persiste também como construção social. Porém não se deve limitá-lo apenas ao discurso das secas ou como um lugar pobre, miserável, violento, isolado. Há muito a barreira das distâncias já foram derrubadas, territoriais e culturais também. A historiadora Tanya Brandão (2008), afirma que são muitos os sertões, e que, neste ensejo, são muitos os tipos de sertanejo a serem identificados. Segundo a mesma:

Tendo em vista os diferentes aspectos do processo de formação histórica do interior do Nordeste, a produção do conhecimento sobre os vários espaços sociais aí construídos não deve ter por referência apenas os aspectos gerais, sem levar em consideração o que há de particular em cada localidade do sertão (BRANDÃO, 2008, p. 123)

Sobre o caráter arredo e atitudes violentas frequentemente atribuídas aos seus habitantes, ela declara que se deve ao fato de que os levantamentos históricos foram feitos com base em documentos oficiais. Ela cita o estudioso Raimundo Faraó, que afirma que esse comportamento pode ser derivado do espírito aventureiro e conquistador dos primeiros povoadores desta localidade, além do fato de que os mesmos possuíram e organizaram os seus próprios

⁵ Contudo, para uma compreensão maior sobre a relação entre a construção do imaginário das secas e obras literárias e fílmicas clássicas brasileiras ver a monografia de conclusão de curso *Paisagens do semiárido brasileiro: uma análise de representações literárias e cinematográficas* (SILVA, 2010).

contingentes de pessoas armada, dado os conflitos com os povos nativos da região.

Os modos de representar e o Nordeste seco brasileiro e o sertanejo aqui descritos neste capítulo possuem uma influência na maneira de conceber esta região. Porém, devido a mudanças culturais, políticas e econômicas ocorridas no Nordeste, novas representações da paisagem sertaneja podem ser percebidas. Desde novas maneiras de retratar este território, seja desde um sertão “globalizado”, com acesso a internet e com novos “personagens”, os sertanejos de hoje não só são os retirantes, os vaqueiros, coronéis e messiânicos, mas também outros que ainda devem ser incluídos na sua história “os índios, quilombolas, cientistas, ciganos, agricultores, empresários, travestis” (MORAES, 2010).

Realizada esta análise física, histórica e simbólica do recorte espacial tratado neste trabalho, assim como sobre a construção do imaginário das secas, calcado em representações convencionais da paisagem sertaneja, no próximo capítulo serão tratadas outras representações desta paisagem. O imaginário tratado aqui neste capítulo é a base da representação da paisagem sertaneja, porém, nos últimos anos ocorreram mudanças significativas dentro deste recorte espacial que contribuíram para a renovação dessas imagens congeladas. Essas mudanças estão ligadas ao progresso econômico, à patrimonialização do bioma Caatinga, e a maior participação política de organizações da sociedade civil, cada uma trazendo novas representações da paisagem sertaneja. Desta forma, na sequência será feita uma análise sobre as especificidades dessas novas maneiras de retratar a paisagem sertaneja nordestina, assim como o contexto no qual elas estão inseridas.

CAPITULO III

NOVAS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM SERTANEJA

3.1. Mudanças Regionais e a emergência de uma nova representação

O contexto atual do sertão semiárido nordestino está mais tão próximo do que foi representado por vieses acadêmicos e políticos, como foi evidenciado no capítulo anterior, nos últimos anos aconteceram mudanças significativas no quadro econômico, político e social nordestino e também brasileiro. Vale ressaltar que as representações sobre o sertão relativo a uma imagem de miséria e tragédia não deixaram de existir, ao contrário, elas continuam tendo espaço no imaginário coletivo e são reforçadas durante as reincidências da seca, porém atualmente elas convivem com novas representações, novas maneiras de ver e conceber o sertão semiárido, como será exemplificado a diante.

Assim, algumas dessas novas maneiras de ver este recorte espacial estão relacionadas ao que os pesquisadores Tânia Barcelar e Valdeci Monteiro chamam de um “novo Nordeste”, que segundo os mesmos é “um Nordeste que saiu da letargia, se modernizou e briga hoje uma economia mais diversificada e dinâmica, atrelada ao movimento de integração que se consolidou no Brasil no século XX” (ARAÚJO & SANTOS, 2009, p. 197). Ainda segundo os pesquisadores o Nordeste atual saiu do seu entorpecimento secular e nos anos recentes vem crescendo a taxas médias superiores à nacional. A industrialização avançou na região, com apoio dos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dentre outros mecanismos de apoio governamental. Observa-se uma nova dinâmica na base agropecuária, com a presença de novas atividades, como a fruticultura irrigada no submédio São Francisco (ARAÚJO & SANTOS, 2009). Ligado ao crescimento de uma nova dinâmica regional está relacionada a realização de grandes obras, como a transposição do Rio São Francisco e a Transnordestina, que, de acordo com os responsáveis, tem o intuito de fomentar o desenvolvimento sertanejo.

Outro fator decisivo para as mudanças, neste caso com foco no aspecto social, foi que, no início dos anos XXI, os programas assistências governamentais foram ampliados, especialmente o Bolsa Família, implantado oficialmente no ano de 2004, no governo do então presidente Luis Inácio Lula

da Silva, o que conferiu uma cobertura de renda mínima às famílias da base da pirâmide social desta localidade regional. Houve também o grande processo de urbanização ocorrido nas décadas finais do século XX, refletido também nas pequenas e médias cidades, onde o comércio se expande. Alguns autores falam mesmo em “cidades do agronegócio” que surgiriam nos pontos luminosos dos perímetros irrigados (ELIAS, 1996). Além de que as dificuldades econômicas dos anos de 1980 e 1990 desestimularam a emigração de nordestinos para o Sudeste e se observa também um fluxo de migrantes de retorno (ARAÚJO & SANTOS, 2009).

Vistas as transformações em seus aspectos gerais, será feita agora uma análise de algumas representações da paisagem sertaneja que se mostram pertinentes neste contexto atual. Na vertente do crescimento econômico, especificamente da através da crescente produção agrícola exportadora presente no submédio do Vale do São Francisco e do Panaíba, a paisagem sertaneja está sendo representada através de uma ótica de modernização e progresso. Como pode ser visto nesta publicação extraída de um folheto da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf):

Petrolina é o mais importante pólo de exportação de frutas tropicais do Brasil. O clima favorável para a produção frutícola aliado a modernas técnicas de irrigação e, principalmente, a força de determinação do sertanejo estabelecem a base do desenvolvimento do Vale do São Francisco.[...] A região vem sendo preparada para um futuro próspero [...] É o sertão que dá certo. É a força de uma região que utiliza a irrigação como fonte de vida e, acima de tudo, aposta no futuro. (CODEVASF, 1999, p.02)

Como visto acima, o clima sertanejo é exaltado e tido como um fator importante para o sucesso da produção. Nesta citada destacada anteriormente percebe-se que a representação da paisagem sertaneja também faz referência às antigas representações, como a frase “o sertanejo é antes de tudo um forte”, de Euclides da Cunha, utilizada em um contexto de propaganda sobre a prosperidade da região. Também se percebe a utilização de um discurso de progresso, como foi exemplificado no segundo capítulo, porém se no contexto anterior esse discurso tinham um teor de exaltação da “raça”, pertencente a um momento histórico, vale ressaltar que o progresso que atualmente é enaltecido faz menção e às técnicas utilizadas no trato com a terra. Esse tipo de

representação também faz menção ao imaginário das secas para reforçar que essa atividade econômica seria o futuro e resposta para o desenvolvimento deste recorte espacial. Como pode ser visto nas figuras 02 e 03 (p. 62 e 63).

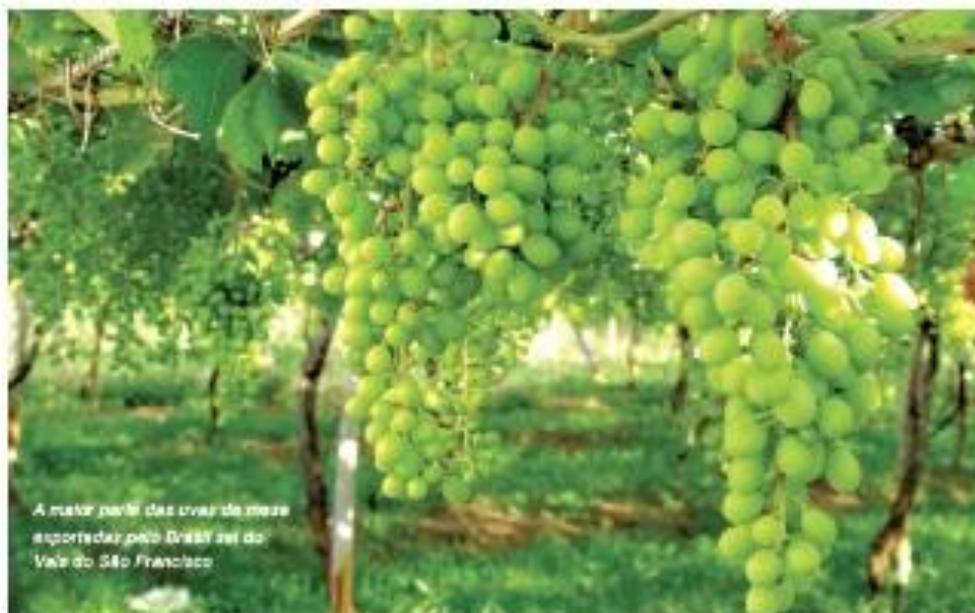
Na figura 02, vê uma imagem cortada em duas, a primeira a caatinga, mostrando uma planta típica sertaneja inserida na caatinga e, “virando a página”, temos outra imagem, esta agora de uma natureza domesticada, produtiva e irrigada. Na figura 03, tem-se uma imagem de uma plantação de uva, representando a indústria agrícola sertaneja e faz-se menção ao sertão “antigo” no título, mostrando que essa é a nova realidade. No texto abaixo da figura faz-se uma alusão a como seriam os vales do São Francisco e do Parnaíba sem a atuação da Codevasf e tem-se escrito:

Antes da promulgação da Constituição de 1946, o vale do Rio São Francisco era conhecido pela descrição de Euclides da Cunha. Em sua obra “Os sertões”, publicada nos primeiros anos do Século XX, o autor descreveu não só a paisagem desolada da bacia do São Francisco, cenário da revolta de Canudos, como também sua gente, o sertanejo. Outros autores, como Graciliano Ramos, em “Vidas Secas” (1938), descreviam o Semi-árido e o sertanejo sob diferentes perspectivas, mas as imagens eram semelhantes e igualmente contundentes. [...] O reconhecimento oficial da situação de abandono da região, expressou-se no artigo 29 das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Rezava o texto: “O governo fica obrigado, dentro do prazo de 20 anos, a contar da data de promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a 1% de suas rendas tributárias.” (CODESVASF, 2005 – 2006, p. 9)



Figura 02: Folheto da Codevasf. **Fonte:** <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais> **Acessado em:** 21/07/2014

Um outro sertão



A maior parte das uvas da mesa exportadas pelo Brasil sai do Vale do São Francisco

Como seriam os vales do São Francisco e do Parnaíba sem a ação da Codevasf?

Antes da promulgação da Constituição de 1946, o vale do Rio São Francisco era conhecido pela descrição de Euclides da Cunha. Em sua obra *Os sertões*, publicada nos primeiros anos do Século XX, o autor descreveu não só a paisagem desolada da bacia do São Francisco, cenário da revolta de Canudos, como também sua gente, o sertanejo. Outros autores, como Graciliano Ramos, em *Vidas Secas* (1938), descreviam o Semi-árido e o sertanejo sob diferentes perspectivas, mas as imagens eram semelhantes e igualmente contundentes.

Descendo o rio, a vegetação das margens transformava-se de cerrado em caatinga, mas o fado do homem do sertão era sempre o mesmo: um refrigente em potencial, prestes a ser expulso do terra pela seca. O reconhecimento oficial da situação de abandono da região, expressou-se no artigo 29 das Disposições Transitorias da Constituição de 1946. Rezava o texto: "O governo fica obrigado, dentro do prazo de 20 anos, a contar da data de promulgação

dessa Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a 1% de suas rendas tributárias."

A lei deu origem à Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que atuou durante os 20 anos estabelecidos pela Constituição. Era preciso conhecer a região e construir a infra-estrutura básica. Até meados da década de 1950, foram realizados numerosos estudos de campo e construídas estradas, usinas elétricas, redes de energia, campos de pouso, postos de saúde, escolas e redes de abastecimento de água. Estava plantada a semente do desenvolvimento, mas a planta, frágil, levaria ainda muitos anos para vicejar.

A irrigação dava seus primeiros passos, mediante a instalação de alguns postos, o início dos projetos São Desidério (BA) e Petrolândia (PE), e o financiamento de motobombas para os agricultores. Ao longo dos 20 anos de atuação da CVSF, os projetos consistiram na ocupação da área com lotes familiares de 4 a 8 hectares.

PLATAFORMA PARA O FUTURO

CODEVASF

9

Figura 03: Revista Codevasf, anos 2005 – 2006. **Fonte:** <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais> **Acessado em:** 21/07/2014

3.2 Imagens da Caatinga: patrimonialização e convivência

Outra mudança diz respeito ao imaginário da natureza, o semiárido nordestino vem passando desde as últimas décadas uma verdadeira ressignificação, com um novo impulso devido ao recente debate sobre o aquecimento global. Um dos fatos mais significativos dessa mudança é a valorização do bioma Caatinga, antes tido como um ambiente pouco variado e inóspito, comumente relacionado com um deserto, apesar de possuir clima semiárido.

No ano de 2002, influenciado pelo debate em torno do aquecimento global através da divulgação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), foi fundado e instalado no estado de Pernambuco o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, CNRBC. O conselho é integrante do Programa *Man and Biosphere* (MaB), criado em 1971 pela UNESCO, com o intuito de estabelecer um plano internacional de uso racional de conservação dos recursos naturais, atuando de acordo com os parâmetros da discussão internacional de preservação de áreas relevantes para o planeta. Segundo Moura:

O terceiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, trouxe para todos um sentido de urgência. Apesar das perspectivas de comprometimento da vida do planeta ter sido temática constante dos inúmeros fóruns globais, os resultados alertam para um quadro alarmante que atinge as condições de vida em uma escala planetária. Cerca de 30% das espécies animais e vegetais hoje existentes serão dizimadas pelas secas, inundações, queimadas e pelo derretimento das geleiras. A falta de água e a consequente proliferação de doenças tornarão ainda mais vulneráveis as populações já empobrecidas. Ao registrar a forte tendência à desertificação do planeta, os dados projetam por um lado, impactos severos sobre o meio ambiente, devido à relação direta entre a degradação do solo e a produção de alimentos, e, por outro, o incremento do contingente de 250 milhões de pessoas que sofrem o impacto direto de desertificação, reforçando o ciclo vicioso da pobreza (MOURA, 2010, p. 82).

O foco desse debate recaiu sobre o semiárido brasileiro e o CNRBC afirmou ter como objetivo promover a conservação e o desenvolvimento

sustentável da Caatinga, trabalhando para que esse bioma fosse reconhecido em relação às políticas públicas de meio ambiente que há muito prestam apoio ao apelo exercido pela Amazônia. O CNRBC também apresenta como finalidade assegurar um espaço institucional de interlocução, dentro e fora do país e contribuir no sentido de oferecer alternativas que enfatizem o valor da Caatinga (MOURA, 2010). Ainda segundo Moura:

No caso da Caatinga esta preocupação é antiga, o CNRBC tem advertido que 13% do território nacional localizam-se em áreas susceptíveis à desertificação, áreas estas que concentram 17% da população do país. Apesar dos constantes alertas sobre a situação, verifica-se o aumento da vulnerabilidade e da pobreza nessas regiões, onde faltam alimentos e existe a degradação dos recursos naturais e da produção agrícola. Nessa situação, encontram-se cerca de 18 milhões de pessoas, que habitam 991 municípios, apenas na região Nordeste (MOURA, 2010, p. 82).

E foi neste âmbito de discussão a respeito do aquecimento global e a preocupação sobre a preservação do bioma Caatinga que no ano de 2012 foi criada a Unidade de Conservação do Parque Estadual da Mata da Pimenteira, retratada na figura 04, logo abaixo:



Figura 04: Mata da Pimenteira, Parque Estadual da Mata da Pimenteira. Foto de Cássia Pernambuco, dezembro de 2013.

Esta Unidade de Conservação está inserida na propriedade do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, denominada Fazenda Saco, localizada a cerca de 3 km da Cidade de Serra Talhada e possui aproximadamente 887,24 hectares, dos quais 700 hectares foram doados pelo IPA. É a primeira unidade de conservação do estado de Pernambuco em área de caatinga, segundo as palavras do então secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco e diretor da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Sérgio Xavier: “É um momento histórico e um passo fundamental para a preservação deste bioma único no mundo, que tem importância cada dia maior para reduzir os impactos do aquecimento global e evitar a desertificação da nossa região semi-árida” (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2012). Segundo o mesmo, estava prevista a implantação de outras unidades de conservação em doze áreas de caatinga até 2014:

Nossa meta é implantar 81 unidades de conservação da Mata Atlântica e Caatinga, agregando, no entorno, projetos de geração de emprego e renda para as comunidades locais com atividades sintonizadas com a proteção, como sementeiras, apicultura, ecoturismo, ecoesportes, educação ambiental etc.
(*Idem*)

Porém até agosto de 2014 foram implantadas apenas cinco unidades de conservação no semiárido pernambucano. Como pode ser visto e detalhado na figura 05 (p. 67), retirada no site do SEMAS.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade a implantação de unidade de conservação no semiárido tem como objetivo geral “contribuir para a preservação e a restauração da diversidade ecológica da caatinga, ampliando a representatividade dos ecossistemas estaduais protegidos como unidades de conservação” (SEMAS, 2011), e como específicos: “incentivar a implantação de ações que promovam a recuperação das áreas degradadas; proteger as espécies raras ameaçadas de extinção ocorrentes na área e nos remanescentes florestais da região; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; promover o desenvolvimento sustentável, respeitando a capacidade de suporte ambiental

da caatinga, potencializando as vocações naturais, culturais, artísticas, históricas e ecoturísticas da região” (*Idem*).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS NO BIOMA CAATINGA

Nome	Localização (municípios)	Área (ha)	Documento de criação
Parque Estadual Mata da Pimenteira	Serra Talhada	887,24	Decreto Estadual nº 37.823/2012
Estação Ecológica Serra da Canoa	Floresta	7.598,71	Decreto Estadual nº 38.133/2012
Parque Estadual Serra do Areal	Petrolina	1.596,56	Decreto Estadual nº 40.550/2014
Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal	Petrolina	4.819,63	Decreto Estadual nº 40.552/2014
Monumento Natural Pedra do Cachorro	Tacaimbó, Brejo da Madre de Deus e São Caetano	1.378,67	Decreto Estadual nº 40.549/2014
Refúgio de Vida Silvestre Tatu-bola	Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista	80.997,53	Em processo de criação
ÁREA TOTAL PROTEGIDA NO BIOMA CAATINGA EM PERNAMBUCO		16.280,81	
ÁREA TOTAL PROTEGIDA NO BIOMA CAATINGA EM PERNAMBUCO INCLUINDO O RVS TATU-BOLA		92.278,34	
% do bioma caatinga protegido em PE com UCs estaduais		0,2%	
% DO BIOMA CAATINGA PROTEGIDO EM PE COM UCs ESTADUAIS INCLUINDO O RVS TATU-BOLA		1,2%	

Figura 05: Unidades de conservação implantadas no semiárido Pernambuco até o mês de agosto de 2014. **Fonte:** http://www.semas.pe.gov.br/web/semas/exibir_noticia?groupId=709017&articleId=15452344&templated=2386863. **Acessado em:** 08 de Aqo. 2014

Assim, através da análise da literatura científica referente a este tema pode-se vislumbrar que o sertão semiárido nordestino apresenta um imaginário nacional que relaciona a sua paisagem com representações de fome e de miséria. Mas, atualmente esta paisagem está adquirindo novos significados, que também são relacionados com as iniciativas de valorização do Bioma da Caatinga, tanto pelo seu valor ambiental quanto cultural, artístico, histórico e ecoturístico. Essas duas representações podem ser vistas na nas figuras 06 a 10, a seguir:



Figura 06: Cena do filmes *Vidas Secas*. **Fonte:** http://www.umaredacao.com/wp-content/uploads/2012/04/brazil_vidas_secas_4.jpg, **Acessado em:** 23 jul. 2014.

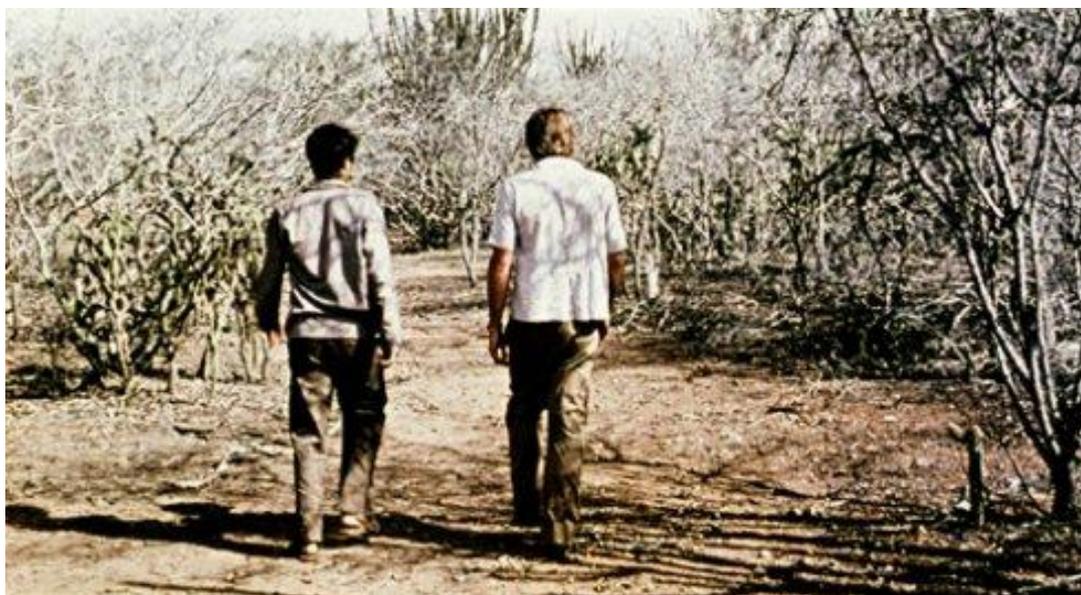


Figura 07: Cena do filme *Cinema, Aspirinas e Urubus*. **Fonte:** <http://2.bp.blogspot.com/-Rj4qDhSYjSE/T07iYoXNkII/AAAAAAAAACsg/X2k6dX-SWR4/s1600/16+cinema+aspirinas+e+urubus.jpg> **Acessado em:** 23 de Jul. 2014.



Figura 08: Folder do Comitê de Reserva da Biosfera da Caatinga, ano 2004. **Fonte:** <http://www.rbma.org.br/mab/imagens/rbcaatinga.jpg>, **Acessado em:** 23 jul. 2014.

SERTÃO LINDO

Programação

DIA: 27/04/2010 (Terça-feira)

LOCAL: SESC / PETROLINA-PE

8:30h - ABERTURA NO AUDITÓRIO;

10:00h - EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS
(no salão de festas);

10:30h - OFICINA ARTE DA CAATINGA
(palco do salão pelo arquiteto e gestor ambiental, Cosme Cavalcanti);

11:00h - PALESTRA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS PLANTAS NATIVAS DA CAATINGA;

15:00h - DEBATE SOBRE UTILIZAÇÃO COM MANEJO CORRETO DA CAATINGA
(prof. José Alves Carvalho Filho);

16:00h - APRESENTAÇÃO DOS VENCEDORES DOS CONCURSOS E ENTREGA DE PRÊMIOS;

16:30h - DEGUSTAÇÃO DE VINHOS
(produzidos no Vale do São Francisco);

17:00h - SHOW DE ENCERRAMENTO COM "OS MATINGUEIROS"
(no palco do salão de festas).

BIOMA CAATINGA

Figura 09: Folder do Comitê de reserva da Biosfera da Caatinga. **Fonte:** http://1.bp.blogspot.com/_zh5-Mat6xrQ/S849D_mBpTI/AAAAAAAAACeQ/MURpnyjxqk/s1600/CNRBCAA5.bmp **Acessado em:** 23 jul. 2014.

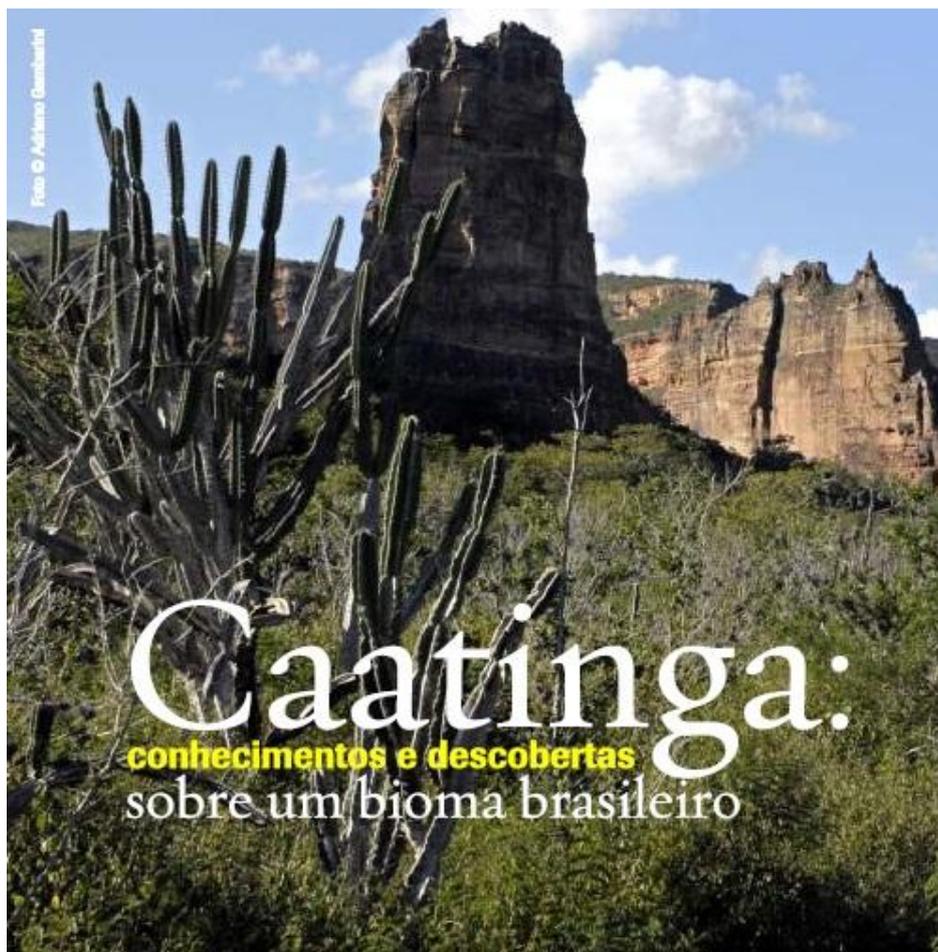


Figura 10: Folder sobre a patrimonialização da Caatinga. **Fonte:** http://www.mma.gov.br/estruturas/203/arquivos/folder_caatinga_verso_site_203.pdf **Acessado em:** 23 Jul. 2014

As figuras 06 e 07 (p. 68) foram analisadas em monografia de conclusão de curso (SILVA, 2010) precedente a esta pesquisa e estão sendo utilizadas neste trabalho porque retratam de otimizada a paisagem sertaneja referente a um imaginário de seca, como foi tratado no capítulo dois. Neste estudo anterior foi feita uma análise sobre o imaginário geográfico do sertão semiárido nordestino através de algumas obras artísticas, dentre elas os filmes *Vidas Secas*, do diretor Nelson Pereira dos Santos (1963) e *Cinema, aspirinas e urubus*, do diretor Marcelo Gomes (2005). A figura 06 pertence ao filme *Vidas Secas*, como proposto pela obra fílmica, a paisagem sertaneja retratada faz uma alusão à seca, à família numerosa de retirantes que fogem do sertão em busca de sobrevivência. Esta representação é fortalecida pela fotografia saturada (com abundância de luz) do filme que reforça o aspecto de “sol

escaldante” do clima seco sertanejo (*Idem*). A figura 07 pertence ao filme *Cinema, Aspirinas e Urubus*, este filme, que apesar ter sido realizado no ano 2007, segue a tradição estética do filme *Vidas secas*, com a mesma fotografia saturada, apesar de que tal reforço de representação da paisagem, neste caso, tenha um apelo mais estético, os elementos relativos a uma representação do nordeste seco ainda se mostram presentes, como a fotografia saturada.

Em contrapartida, as figuras 08-10 (p. 69-70) já mostram outra maneira de representar a paisagem sertaneja. Elas pertencem à diversos folders relativos à patrimonialização da Caatinga. O foco aqui será o de exuberância deste bioma, mostrando a vegetação de maneira bela e valorizada, utilizando também nas imagens a retratação da água, como é o caso da imagem 08. As representações da patrimonialização da Caatinga tem como intuito retratá-la da maneira bonita e exuberante, como forma de reforçar a sua importância biológica, assim como a necessidade de sua preservação. E também faz menção ao imaginário das secas, pois, ao se afirmar que:

Apesar dos constantes alertas sobre a situação, verifica-se o aumento da vulnerabilidade e da pobreza nessas regiões, onde faltam alimentos e existe a degradação dos recursos naturais e da produção agrícola. Nessa situação, encontram-se cerca de 18 milhões de pessoas, que habitam 991 municípios, apenas na região Nordeste (MOURA, 2010, p. 82).

Faz-se um reforço deste discurso negativo para reforçar a necessidade de preservação e valorização do bioma Caatinga. Porém, deve-se salientar que, ao fazer uma análise dessas representações através de uma abordagem cultural da geografia, tem que se ter em mente que a cultura não deve ser abordada como um simples instrumento de poder ou uma ferramenta de “guerras culturais”, como bem lembra Vincent Berdoulay (2012), senão o cultural ficaria diluído no social. Segundo o geógrafo norte-americano Edward Soja:

Essa tendência foi reforçada pelo sucesso do pós-modernismo, que chamou a atenção para o interesse em se fazer uma crítica aprofundada de representações. Elas não devem ser consideradas um simples reflexo de uma realidade não problemática. Sua relação com a realidade é complexa, indireta, até mesmo ilusória e distorcida por interesses particulares. De certo modo, essa “crise de representações” encorajou a geografia cultural a se interessar pelas múltiplas

“vozes” que poderiam se manifestar dentro da sociedade e que as representações dominantes têm tendência a esconder, como discursos de mulheres, homossexuais, minorias étnicas etc. (SOJA, 1989 *apud* BERDOULAY, 2012, p. 110).

Então, para que a análise destas representações não fique presa aos grupos dominantes, neste estudo também serão analisadas outras representações da paisagem sertaneja que não estão tão visíveis. Paisagens que não estão ligadas a um desenvolvimento econômico ou a um contexto de preservação da natureza, geralmente dissociada da habitação humana. São as paisagens da convivência com o semiárido, feita por outros grupos atuantes na região, organizações da sociedade civil e grupos de articulação de trabalhadores.

São representações como esta feita pela organização civil Diaconia, em boletim informativo, afirmando que o semiárido brasileiro onde se convive com a riqueza da caatinga ao mesmo tempo é marcada por grandes desigualdades sociais, utilizando dados do Ministério da Integração Nacional, afirma que 60% da população mais pobre do país vive nesta localidade:

As contradições e injustiças se refletem também ao acesso à renda e nas questões de gênero, como afirma a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL): quase metade da população (composta de mulheres) não possui renda, ou tem como única fonte de rendimentos os benefícios governamentais. Entraves como o êxodo rural e a distribuição desigual de terra e água, dificultam a promoção social e econômica de assentamentos e famílias agricultoras, que mesmo assim resistem e demonstram alto potencial de adaptação e sobrevivência à região (DIACONIA, 2014, p.1)

Na mesma perspectiva existem as representações que se opõem ao combate à seca como medida de remediação aos danos causados pela mesma e reforçam a convivência com o semiárido como melhor estratégia para se viver neste ambiente e promover uma mudança de mentalidade em relação à imagem negativa do bioma Caatinga.

Segundo Naidison Baptista, coordenador executivo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) pelo estado da Bahia em 2013, rede formada por organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida, que

crece a presença de vários espaços oficiais do governo federal e estaduais nos processos de convivência com o semiárido, e outras estratégias de apoio à população sertaneja como a ampliação de ofertas para processos de armazenamento de água para produção, programas de Aquisição de Alimentos (PAA), gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar para alimentação escolar, dentre outros.

Ainda, segundo o mesmo, apesar dos esforços para uma política oficial de convivência com o semiárido, existe a persistência e ampliação de diversas ações e estratégias de combate à seca, arraigadas nas grandes obras que promovem a exclusão de agricultores familiares, comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades de fundo de pasto, geraizeiros, caatingueiros, etc.), povos indígenas e outros, etc. Segundo o mesmo essas ações:

Materializam a continuidade de políticas que nada mais fizeram que concentrar a água e a terra, assim como as oportunidades, em mãos de poucos no semiárido, gerando a miséria, a fome, a exclusão hoje ali existente e, cinicamente, creditadas à natureza. Aí estão, para não mais ir adiante, a transposição do São Francisco, consumindo oceanos de recursos, sempre com preços reajustados e exorbitantes, concentrando a água na mão daqueles que já detêm boa parte das águas do semiárido e reproduzindo modelos agroexportadores, concentradores de riquezas e não produtores de alimentos (CENTRO SABIÁ, 2013, p. 12).

Seguindo a fala de Baptista, ele afirma que apesar das propostas de convivência com o semiárido feitas pelo governo, o que se aplica é o combate à seca, como novas nomeclaturas (CENTRO SABIÁ, 2013).

As representações da paisagem sertaneja feitas por essas organizações civis procuram mostrar situações de trato e convivência com o meio. Elas também priorizam incluir as pessoas dentro da paisagem sertaneja. Como pode ser visto nas imagens a seguir, figuras 11 e 12 (p. 74). Neste contexto, apesar de que alguns recortes da Caatinga terem sido patrimonializados, vale lembrar o bioma todo é considerado como reserva da Biosfera, e as pessoas também fazem parte desse bioma. Então é interessante que essas representações as incluam.



Figura 11: Imagem de divulgação da ASA BRASIL. **Fonte:** <https://pbs.twimg.com/media/AomDXVfCAAER417.jpg> **Acessado em:** 23. Jul. 2014



Figura 12: Imagem de divulgação da ASA Brasil. **Fonte:** http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/Image/cisterna_dona_maze_pb.jpg **Acessado em:** 23 de Jul de 2014.

Em vídeo disponível no site do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, Organização Não Governamental sediada em Juazeiro-BA, tem-se disponível o vídeo *Convivência com o semiárido: uma conquista* que possui depoimentos de pessoas que vivem e trabalham nesta localidade. Elas falam sobre as mudanças ocorridas no semiárido e em sua paisagem com a prática e difusão da convivência com a seca. No depoimento do presidente do IRPAA, Haroldo Schistek, ele afirma que:

Para saber se mudou alguma coisa tem que olhar a paisagem, os morros, as ruas, as estradas, as roças, os rebanhos. A gente vê em todo canto, vê medidas de armazenamento de água: cisternas de água de beber, cisternas de produção, barreira trincheira. Eu vi muitas bombas d'água popular e vi os plantios, diversas mini-fábricas, uma grande descoberta foi isso, porque através da idéia da convivência com o semipárido, todo o mundo entendeu que o que nós temos aqui não é coisa ruim, mas coisa boa, só que devemos saber de trabalhar com aquilo que a natureza nos oferece e não procurar soluções de fora. Então, por causa dessa motivação da convivência com o semiárido a paisagem mudou.

No vídeo também se faz uma menção muito forte às secas anteriores, as disputas pela água e as políticas de combate à seca, como uma maneira de corroborar a prática da convivência com a seca. A agricultora Norma Lúcia, do município de Juazeiro – BA, fala sobre o que mudou depois da práticas da convivência: “A mudança é que agora nós temos água poços, água irrigada. A gente já planta alguns capins para dar aos bichos, que a gente não tinha, e temos água encanada no poço”. No depoimento do agricultor José Albino, de Andorinha – BA, ele faz uma menção mais forte à seca, às mudanças proporcionadas pelo advento da convivência:

Bastante diferente da seca de 82. Com a chegada dessas novas tecnologias adequadas, de convivência com o semiárido, ela facilitou, melhorou bastante, porque nós não tivemos aquela migração tanta que a gente teve em 88 e também o pessoal não passou tanta necessidade, como passou naqueles períodos. Com a chegada das cisternas, o pessoal produz os seus próprios alimentos e melhora a renda das pessoas, das famílias e a qualidade de vida, porque ta comendo um produto sem agrotóxico, tudo natural, as compostagens orgânicas para colocar nas suas plantações. As capacitações dessas novas tecnologias facilitou porque as pessoas tiveram outra

compreensão da Caatinga hoje, do zelo, do cuidado e as vantagens que o povo tem da Caatinga nativa.

Fala-se também sobre a necessidade de políticas que desconcentrem a propriedade da terra e da água para uma pela convivência com o semiárido, como também tecem críticas às grandes obras empreendidas pelo governo federal, como a transposição do rio São Francisco, segundo Érica Daiane Costa, funcionária do IRPAA,

As grandes obras, a exemplo da transposição do rio São Francisco, também são inapropriadas à região semiárida, pois não resolvem o problema de acesso à água para a população, já se passaram quase dez anos de execução, com mais de oito bilhões de reais investidos, o que daria para construir milhares de tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva em todo o semiárido brasileiro.

Feita esta análise sobre as novas representações do semiárido brasileiro, se torna necessário ressaltar que apesar das mesmas possuem pontos em comum, todas fazem alusão ao imaginário convencional das secas para reforçar a sua nova representação.

A representação da agricultura científica usa o discurso da seca para ressaltar o progresso que vem trazendo a região. Vale ressaltar que essas representações das produções agrícolas atualmente já podem ser consideradas convencionais, devido à sua grande proporção e alcance dentro e fora do país. Elas atualmente foram renovadas pelo empreendimento das grandes obras estruturais feitas pelo governo federal, como a já citada transposição do rio São Francisco e a Transnordestina, obra ferroviária com o intuito de conectar o Porto de Pecém, no Ceará, ao Porto de Suape, em Pernambuco.

Esse mesmo reforço do imaginário das secas também acontece na representação da natureza e da convivência com a seca, no primeiro pra mostrar a necessidade da preservação e a segunda para valorizar as mudanças trazidas à região e às vidas dos sertanejos com a prática da convivência com o semiárido. No próximo item será feita uma análise sobre a relação entre a visibilidade da paisagem sertaneja e as representações trabalhadas neste estudo.

3.3 Visibilidade e as representações da paisagem sertaneja

De acordo com a discussão feita no primeiro capítulo, acerca do estudo da visibilidade das imagens e a Geografia, na atualidade se parece viver em uma “era das imagens”, na qual as imagens se encontram de forma abundantemente em todos os campos da vida social e que qualquer coisa para existir deve necessariamente ser fixada sobre um suporte imagético, existe uma intensa competição entre essas imagens pela apreensão e captura do olhar dos indivíduos.

Dessa forma, determinadas condições corroboram para que algumas imagens conquistem mais destaque que outras. Significando que na competição entre imagens, e, neste jogo de imagens, algumas delas se impõem sobre outras e parecem legitimamente dispor do direito de poder ofuscar as demais.

As imagens aqui trabalhadas refletem representações distintas, mas que ainda dialogam entre si. Com base nestes raciocínios expostos, e de acordo com a discussão teórica feita nos capítulos anteriores, estas mesmas imagens foram escolhidas por representar diversos grupos sociais e políticos que atuam no sertão semiárido nordestino. Leva-se em consideração que toda atuação de grupos sociais em um território, mesmo que maneira imagética pode ser considerada também de ordem política, e, servindo como um instrumento legítimo das aspirações e reivindicações. Reivindicações de uma elite local com o intuito de obtenção de maior auxílio fiscal federal, ou pelo uso de imagens de uma maneira propagandística como exaltação de um empreendimento agrícola industrial e justificação de sua posição privilegiada numa região, como também uma maneira de promover a patrimonialização de um bioma que possui um legado de abandono e inferiorizado, ou até por uma luta pelo fortalecimento de práticas de manejo da terra empoderadoras de grupos sociais geralmente marginalizados.

Assim, como foi proposto refletir como as maneiras de organização do espaço, ocupação do território e o seu uso imagético participariam das estratégias que oferecem ou ampliam a visibilidade de coisas, fenômenos ou

peças, também se buscou identificar o papel das figurações desses complexos planos de posição especiais e as representações do espaço como possíveis de serem analisadas como imagens dos lugares.

As imagens e representações da paisagem sertaneja em destaque são frutos de diversos grupos sociais, e como cita Cosgrove (1998), em sua análise sobre as paisagens as paisagens de grupos dominantes e paisagens alternativas e de acordo com o estudo aqui desenvolvido, explica que as representações do sertão seco, da indústria agrícola e da patrimonialização da Caatinga possuem mais visibilidade que as outras representações aqui trabalhadas, pois, corroborando a fala de Baptista, até quando as propostas de convivência com o semiárido são feitas pelo governo, o que se aplica geralmente ainda é um combate à seca, utilizando novas nomenclaturas.

Cosgrove (1998), que teve como base os estudos de Raymond Williams, propôs a existência de paisagem da classe dominante e paisagens alternativas, incluindo as emergentes, as residuais e também as paisagens excluídas. Todas estas representações paisagens aqui citadas possuem significados distintos, pois são criadas formando uma marca identitária ou são frutos de grupos sociais emergentes, e outras pertencentes a grupos excluídos.

Esses exemplos, aqui citados, reforçam uma reflexão sobre o papel da discussão sobre a paisagem e sua representação com a relação entre o imaginário de uma localidade geográfica. Então, de acordo com Corrêa e com o estudo aqui feito, no entendimento das paisagens como um produto cultural, com os seus significados entendidos à luz das relações entre a sociedade e a natureza, faz-se mister considerá-las como uma expressão fenomênica de um modo particular no qual uma sociedade está organizada em um tempo e espaço específicos, ou seja, uma dada formação econômica e social. A paisagem não pode ser considerada apenas como um o produto, mas sim como um agente ativo desempenhando um importante papel na reprodução desta cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor uma análise sobre como algumas imagens são mais visíveis nas representações da paisagem sertaneja foi a questão central deste trabalho. Com esse objetivo aqui foi feita um estudo sobre como o uso das imagens esteve presente na Geografia, perpassando a formação na Antiguidade Clássica, desde a sua consolidação em ciência moderna durante o Renascimento, até a sua incorporação ao conceito de paisagem. Propôs-se, entender também como as imagens estão inseridas no cotidiano das pessoas, e como elas podem ajudar a construir relações com o ambiente geográfico, como foco no estudo das representações da paisagem sertaneja.

Foi-se visto que o Sertão semiárido brasileiro é, dentre as grandes áreas culturais brasileiras, a que mais apresenta produção intelectual e imagética. Seja no âmbito acadêmico, seja através de obras culturais, a sua paisagem foi frequentemente associada a um discurso carregado de negatividade que relaciona os seus baixos índices econômicos e sociais ao seu clima semiárido, resultando em um imaginário nacional de “fome e miséria” (CASTRO, 1992, 1996 & 1997; RIBEIRO, 1999; SILVA, 2010).

E foram analisadas também como as transformações ocorridas neste recorte espacial, sejam elas de base econômica, como apontado por Barcelar e Santos (2009), que defendem a existência de um “novo Nordeste”, saído de um atraso econômico, modernizado e dinâmico, associado ao movimento de integração que fora se consolidando no Brasil durante o século XX, ou por uma ressignificação do imaginário da natureza, fruto do recente debate sobre o aquecimento global, o qual acarretou na valorização da Caatinga, antes tida como um ambiente pouco variado e inóspito e consolidação deste bioma como reserva da biosfera pela Organização das Nações Unidas (ONU), resultando também em outras patrimonializações dentro da Caatinga, como aconteceu no estado de Pernambuco com a criação da primeira unidade de conservação estadual em ambiente semiárido, o Parque Estadual da Mata da Pimenteira, localizado no município de Serra Talhada - PE.

E, para que esta análise não ficasse presa aos grupos dominantes, também foram analisadas representações da paisagem sertaneja que buscam fortalecer a convivência com o semiárido e incluir o ser humano na paisagem. Essas representações são feitas por organizações civis, porém não possuem a mesma visibilidade que as outras representações anteriormente citadas.

Tendo como base Cosgrove (1998), compreendeu-se que as imagens e representações da paisagem sertaneja analisadas neste trabalho são frutos de diversos grupos sociais, e, fazendo um paralelo à concepção de paisagem de proposta por Cosgrove, observou-se a existência de paisagens de grupos dominantes e paisagens alternativas relacionadas com grupos sociais que atuam nesta localidade. Dessa forma, através dos estudos aqui feitos, foi identificado que as representações do sertão seco, da indústria agrícola e da patrimonialização da caatinga possuem mais visibilidade que a representação proposta pelas organizações civis antes citadas.

Neste contexto, na análise deste trabalho, viu-se a importância de reforçar uma reflexão sobre o papel da paisagem sobre a sociedade. Em um entendimento das paisagens como um produto cultural, com os seus significados entendidos à luz das relações entre a sociedade e a natureza, faz-se mister considerá-las como uma expressão fenomênica de um modo particular no qual uma sociedade está organizada em um tempo e espaço específicos, ou seja, uma dada formação econômica e social. Sendo que as mesmas, não podem ser consideradas apenas como um o produto, mas sim como um agente ativo desempenhando um importante papel na reprodução desta cultura (CORRÊA, 2011).

Dessa forma, através da análise da paisagem sertaneja, procurou-se colaborar para a constituição de um novo caminho de interpretação da perspectiva cultural desta região, com o objetivo de verificar quais são os critérios utilizados para a identificação de determinadas áreas e, desta forma, influenciar a construção e transformação de um imaginário geográfico regional. É importante que se tenha em mente que ao se estudar esta relação entre as representações da paisagem sertaneja e as suas diversas representações, não se deve permitir que os indivíduos fiquem diluídos em uma análise exterior da cultura, pois, como bem salienta o geógrafo Paul Claval (1997), se torna

necessário que se construa uma ponderação a respeito da geograficidade, e acerca do papel que o espaço e meio possuem no cotidiano desses indivíduos e também a respeito do sentido que os mesmos atribuem ao espaço e ao meio em que vivem, assim como as maneiras que esses indivíduos utilizam os mesmos para melhor se compreenderem e formarem o seu ser.

Dessa forma, em meio à discussão acerca das representações da paisagem sertaneja e sua visibilidade em meio ao imaginário nacional do sertão semiárido vê-se que analisar o sertão semiárido não é uma tarefa simples, pois, em meio a essas representações e ideias do que seja o sertão se torna difícil definir, ou mesmo conceber o que é este recorte espacial. Remete às várias ideias mentais que são formadas sobre esta localidade tão brasileira e também tão distante do Brasil. O sertão é o outro e ao mesmo tempo forma a identidade do que é ser brasileiro ou nordestino. Acredito que não se deva olhar para o mesmo através de sua unidade e sim em sua multiplicidade, em sua diversidade de representações. O sertão da seca, o sertão da indústria agrícola, da patrimonialização da Caatinga, dos movimentos sociais, mas também o sertão da literatura e dos filmes, das tradições e das modernidades, das rupturas e permanências. Não é o sertão, e sim os sertões.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE JR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009. 376 p. 4. ed. rev.

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. *In: COMUM*. Rio de Janeiro – v. 10 – n. 23 – p. 122-138 – jul/dez. 2004. Disponível em: <http://mdh.unitau.br/files/representacoes_sociais_uma_genealogia_do_conceito.pdf> Acessado em 22 jun. 2010.

ALMEIDA, G. J. de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. *In: Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 200p.

AMADO, J. Região, sertão, nação. *In: Revista Estudos Históricos*. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>> Acessado em 20 Jan. 2014.

ARAÚJO, T. B. de & SANTOS, V. M. dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. *In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck & MACAMBIRA, Júnior. 50 anos de Formação Econômica do Brasil, ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. 177-200 p.

BERDOULAY, V. Espaço e cultura. *In: Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 101-131 p.

BESSE, J. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRANDÃO, T. M. P. O vaqueiro: símbolo de liberdade e mantenedor da ordem no sertão. *In: História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992. 247 p

_____. Imaginário político e território: Natureza, regionalismo e representação. *In: Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Secas versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In: Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1996.

CENTRO SABIÁ. **Vozes de Convivência com o semiárido**. Organizadora, Wedna Galindo, Recife: Centro Sabiá, 2013.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. C & CORREA, R. L. Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 89-117 p.

_____, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições, 2006.

CODEVASF. **Revista Codevasf 2005-2006**. São Paulo. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais>> Acessado em 10 Fev. 2014

_____. **Projeto Pontal Petrolina Pernambuco: o sertão que dá certo**. Petrolina: 1999, 6p. (folheto). Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/>>. Acesso em 13 mai. 2012.

CORREA, R. L. Carl Sauer e a geografia cultural *In: Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n.1, p. 1-124. Jan./mar. 1989. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=719> Acessado em 15 Jun. 2014

_____. Denis Cosgrove: A Paisagem E As Imagens. *In: Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n.29, p.7-21, jan./jun. de 201. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/3528/2454>> Acessado em 15 de Jun. de 2014.

CORREA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998

_____. (1984). **Social Formation and Symbolic Landscape**. London: Croom Helm/Routledge.

DIACONIA. **Informativo Semiá**. Recife: Jan. 2014 (folheto)

DUNCAN, J. (1980). **The Superorganic in American Cultural Geography**. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, p. 181-198.

ELIAS. Denise de Souza. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *In: Revista Nera*. Ano 8, n. 8. Janeiro/junho, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Elias.PDF>>. Acessado em 12 out. 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 32ªed.

GARCIA, C. **O que é Nordeste**. Recife: COMUNIGRAF, 2005. 108p. 10ª Ed.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. C. **O lugar do Olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Mata da Pimenteira, em Serra Talhada, a 450 km do Recife, é a primeira reserva estadual de caatinga de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/blog/2012/01/19/mata-da-pimenteira-em-serra-talhada-a-450-km-do-recife-e-a-primeira-reserva-estadual-de-caatinga-de-pernambuco/>>. Acesso em 18 set. 2012.

HOLZER, W. **Nossos clássicos, Carl Sauer (1889-1975)**. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/46/44>> Acessado em 17 out. 2012.

IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MACIEL, C. A. A. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: Uma encruzilhada onto-gnoseológica. *In: Geographia, Revista da pós-graduação em geografia da UFF*. Ano 3, n. 6. Niterói, RJ, 2002.

MOURA, A. S. S. de. **Reserva da biosfera da Caatinga**. Disponível em: <http://www.unesco.org.uy/mab/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/articulos/RB/Reserva_de_Biosfera_da_Caatinga.pdf>. Acessado em 11 out. 2011.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, F. **Os sertões**: um livro-reportagem de Fabiana Moraes. Recife: Cepe, 2010.

MOREIRA, R. **O Pensamento Geográfico Brasileiro, vol.1**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, R. W. Seca e determinismo: a Gênese do discurso do semi-árido nordestino. *In: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*. Volume 22. 1999. 60-91 p. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1999/vol22_60_91.pdf>. Acessado em 02 mar. 2014.

_____. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPODOC. 2007.

SANTOS, D. **A reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, M. de F. de S. A teoria das representações sociais. *In: Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 200p.

SAUER, C. A Morfologia da Paisagem. *In: Paisagem, tempo e cultura / Organizadores, Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p.

SEMAS. **Unidade de Conservação Mata da Pimenteira, serra Talhada – Pernambuco**. Recife: 2011, 2 p. (folheto). Disponível em: <http://comitecaatingape.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html>. Acesso em 18 set. 2012.

SILVA, C. M. P. P. **Paisagens do semiárido nordestino**: uma análise do imaginário geográfico através de representações literárias e cinematográficas.

Monografia (graduação) Universidade Federal de Pernambuco/ CFCH, Recife, 2010.

WYLIE, J. (2007). **Landscape. Key ideas in Geography**. Routledge: London & New York.

Filmografia

CINEMA, ASPIRINAS E URUBUS. Direção: Marcelo Gomes. Brasil, 2005. DVD (101 min).

VIDAS SECAS. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1963. DVD (103 min).